



**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 1 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5-053-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI (CENTRO DE TECNOLOGIAS DO GAS E ENERGIAS RENOVAVEIS - CTGAS-ER).**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI (CENTRO DE TECNOLOGIAS DO GAS E ENERGIAS RENOVAVEIS - CTGAS-ER)**, com Sede na Avenida Capitão-Mor Gouveia, nº 2770, Lagoa Nova, Natal/RN (CEP: 59.063-400), inscrita no CNPJ sob o nº 03.784.680/0004-12, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

#### **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços de **CALIBRAÇÃO DE MANÔMETROS, TERMÔMETROS, TRANSMISSORES DE PRESSÃO, SONDA DE PRESSÃO E TEMPERATURA**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

#### **2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação para contratação de serviços e compras de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao **PCS nº 3-041-21**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos do processo de contratação de que trata o item anterior.

#### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021/2022/2023, na conta: **"PO 2021/ 2022/ 2023 - Despesas e Custos Operacionais - Item 1.2.1.12"**.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 2 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:**

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$ 15.565,00 (quinze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

5.1.1 - Os valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** serão aqueles resultantes da aplicação dos preços unitários constantes na Planilha de Preços, sobre as quantidades dos serviços que forem efetivamente executados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

5.2 - Na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA** foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

5.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** estão garantidos no plano orçamentário da **CONTRATANTE**.

5.4 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos serviços serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

**6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:**

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.1 - Os serviços a que se refere a Cláusula Primeira (Objeto) deverão ser executados em conformidade com o disposto neste **CONTRATO** e seus anexos, por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pois se trata de contratação por preço certo de unidades determinadas.

7.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente ao presente **CONTRATO** e aos seus anexos.

7.2.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos supramencionados serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**, por seu representante credenciado junto à **CONTRATADA**.

7.2.2 - A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, seja Representante Legal ou quaisquer outros.

7.3 - O recebimento e aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 3 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

7.4 - A **CONTRATADA** deve garantir os serviços prestados à **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

7.5 - O modo de execução dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**, estão detalhados nos documentos anexado a este instrumento contratual.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

#### **9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 4 de 33

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

10.4 - Se necessária uma determinada alteração, será adicionada a seguinte **CLÁUSULA DE QUITAÇÃO** ao Aditamento Contratual:

10.4.1 - A **CONTRATADA** dá à **CONTRATANTE**, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todos os seus direitos correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente data, relativos ao **CONTRATO** em questão, ressalvados os requerimentos já protocolizados perante a administração e pendentes de análise, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, com fundamento no contrato ora aditado, em juízo ou fora dele.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

- i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;
- ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;
- iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;
- iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 5 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 6 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de **90 (noventa) dias**.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 7 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1 - As **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I deste **CONTRATO**).

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:**

13.1 - O **GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** estão estabelecidos no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I deste **CONTRATO**).

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:**

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:**

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:**

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Termo de Referência (Anexo I deste **CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.



**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 8 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:**

17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

18.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

18.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 9 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:**

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, na **Lei Federal nº 13.303/2016**, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)** e normas e princípios gerais dos contratos.

**20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ANEXOS:**

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS – PPU

**21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 06 de 09 de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

Larissa Dantas Gentile  
Diretora Presidente

Sérgio Henrique Guimarães de Paula  
Diretor Técnico e Comercial

**PELA CONTRATADA:**

Emerson da Cunha Batista  
Responsável Legal  
CPF/MF: 850.684.464-91

**TESTEMUNHAS:**

1ª -

João Solon de Medeiros Júnior  
CPF/MF: 008.477.434-70

2ª -

João Cabral de Macêdo Junior  
CPF/MF: 771.101.704-97





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 10 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

**Aluisio Azevedo Neto**  
Gerente Operação e Manutenção  
Gestor do **CONTRATO**

**Tuanny da Silva Barbosa**  
Técnica de Processos  
Primeiro Fiscal do **CONTRATO**

**Anderson Teodosio Costa**  
Técnico de Processos  
Segundo Fiscal do **CONTRATO**







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 11 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**TERMO DE REFERÊNCIA - ÍNDICE DE REVISÕES**

Revisão	Item	Alteração
0	-	Emissão Original
A	6.1	Inclusão do quantitativo de instrumentos informado pela Gerência de Mossoró

	a) Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F	Rev. G
Data	03/05/2021	12/05/21						
Elaboração	Tuanny	Tuanny						
Verificação	Aluisio	Aluisio						
Aprovação	Aluisio	Aluisio						



**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 12 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**1 - DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de calibração de manômetros, termômetros, transmissores de pressão, sonda de pressão e temperatura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 - O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de BENS E SERVIÇOS COMUNS, de que tratam a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Estadual nº 20.103/2007 e o Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade PREGÃO.

**2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento dos exercícios do **PO 2021 a 2023 - Despesas e Custos Operacionais Item 1.2.1.12 (GO&M)** e **"PO 2021 a 2023 - Despesas e Custos Operacionais Item 1.2.2.7 (GMOS)"**.

**3 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislações correlatas; (**LEGISLAÇÃO DO PREGÃO**) - Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual do RN nº20.103, de 19 de outubro de 2007, Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019 e legislações correlatas.

**4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1 - A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

**5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**.

**6 - DOS QUANTITATIVOS**


6.1 - Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

**LOTE 1 (Natal/RN)**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANTIDADE
1	Calibração de Manômetro analógico e digital	Unid	145
2	Calibração de Manômetro analógico e digital - Padrão	Unid	20





 <b>CONTRATO Nº 5-053-21</b> Página 13 de 33	<b>VISTO</b> Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.
---	---

3	Calibração de Termômetro analógico e digital com sensor termorresistivo	Unid	20
4	Calibração de Termômetro bimetálico e capela	Unid	35
5	Calibração de sonda de pressão absoluta	Unid	3
6	Calibração de sonda de temperatura	Unid	3
7	Calibração de transmissor de pressão	Unid	50
8	Calibração de transmissor de pressão diferencial	Unid	6

#### LOTE 2 (Mossoró/RN)

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANTIDADE
1	Calibração de Manômetro analógico e digital	Unid	50
2	Calibração de Manômetro analógico e digital - Padrão	Unid	6
3	Calibração de Termômetro analógico e digital com sensor termorresistivo	Unid	15
4	Calibração de Termômetro bimetálico e capela	Unid	5
5	Calibração de sonda de pressão absoluta	Unid	3
6	Calibração de sonda de temperatura	Unid	3
7	Calibração de transmissor de pressão	Unid	15

### 7 - DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 7.1 - Entrega

7.1.1 - A empresa contratada deverá atender a Ordem de Serviço no prazo total de **15 (quinze) dias corridos**, incluso o prazo para retirada e traslado de envio e entrega dos instrumentos e respectiva entrega do Certificado de Calibração.

7.1.2 - Coletar e entregar os instrumentos conforme descrito abaixo:

7.1.2.1 - **Lote 1:** Na sede da POTIGÁS, localizada na Av. Prudente de Moraes, 675 - Tirol - **Natal/RN**, dentre os horários de 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas.

7.1.2.2 - **Lote 2:** Na Base da Potigás, Rua Dr. João Marcelino, Abolição I, **Mossoró/RN**, dentre os horários de 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas.

#### 7.2 - Serviços

7.2.1 - Constitui objeto desta especificação técnica, os serviços de:

7.2.2 - Calibração de manômetros analógicos e digitais e calibração de termômetros cumprindo a faixa de calibração exigido nos procedimentos das Potigás PO-001.11 (Calibração e ajuste de manômetro) e o PO-002.11 (Calibração e ajuste de termômetro).





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 14 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

7.2.3 - Manutenção de manômetros analógicos – se necessário, será realizada a manutenção corretiva de manômetros analógicos. Isto compreende a substituição de o-ring's, tampas, ponteiros, mostrador e parafusos. Quando necessário será substituída a glicerina do interior do manômetro.

Nota: a manutenção corretiva com substituição de componentes deverá ser realizada com os componentes dos seus respectivos fabricantes ou no comercial em geral.

7.2.4 - Limpeza de manômetros analógicos e digitais – se necessário, será realizada a limpeza interna de manômetros analógicos e digitais. Para os manômetros analógicos, se necessário, será substituída a glicerina do manômetro.

7.2.5 - Calibração de termômetro analógico e digital com sensor termorresistivo e termômetro bimetalico e capela, compreendem a faixa de calibração especificada abaixo:

Descrição do Serviço	Faixa (°C)
Termômetro analógico e digital com sensor termorresistivo	0 até 70
Termômetro bimetalico e capela	0 até 70

7.2.6 - Manutenção de termômetro bimetalicos – se necessário, será realizada a manutenção corretiva de termômetros bimetalico. Isto compreende a substituição de o-ring's, tampas, ponteiros, mostrador e parafusos. Quando necessário será substituída a glicerina do interior do termômetro.

Nota: a manutenção corretiva com substituição de componentes deverá ser realizada com os componentes dos seus respectivos fabricantes ou no comercial em geral.

7.2.7 - Serviço de ajuste: O serviço de ajuste será realizado levando em consideração o tipo de instrumento e as condições técnicas aplicáveis a cada especificidade. Este serviço deve ser comunicado a Potigás.

7.2.3 - O serviço de ajuste implica na realização de uma nova calibração. Quando for necessário realizar o serviço de ajuste serão cobradas 2 (duas) calibrações. Manutenções corretivas e limpeza de manômetros e termômetros não serão cobradas.

7.2.8 - Calibração de sonda de pressão e temperatura compreendendo a faixa de calibração especificada abaixo:

Descrição do Serviço	Faixa
Termoresistência	0°C até 70°C
Termômetro digital com sensor termorresistivo	0°C até 70°C
Sensor de pressão	0,9 a 80 bar(abs)

7.2.9 - Calibração de manômetro analógico e digital compreendendo a faixa de calibração especificada abaixo:

Descrição do Serviço	Faixa
Manômetro analógico e digital	0 até 100 bar(abs)





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 15 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

7.2.10 - Calibração de transmissores de pressão compreendendo a faixa de calibração especificada abaixo:

Descrição do Serviço	Faixa
Transmissor de pressão	0 até 60 bar(abs)

7.2.11 – O serviço de calibração de termômetro bimetálico e capela serão realizados conforme a norma NBR 13881 – Termômetros bimetálicos – Recomendações de fabricação e uso – Terminologia, segurança e calibração.

**7.3 - Ajuste:**

7.3.1 - As manutenções corretivas e limpezas em manômetros e termômetros ocorrerão exclusivamente conforme declarado no item 7.2.

**7.4 Calibração da sonda de pressão e temperatura:**

7.4.1 O serviço de calibração de termômetro digital com sensor termorresistivo será realizado conforme as normas NBR 13773 – Termoresistência industrial de platina – requisitos e métodos de ensaio, NBR 13772 – Termoresistência – Calibração por comparação com Termoresistência.

7.4.2 O serviço de calibração de manômetros digitais será realizado conforme a norma NBR 14105 – Manômetros com sensor de elemento elástico – recomendações de fabricação e uso.

**7.5 Embalagem**

7.5.1 Conforme preconiza a norma NBR ISO IEC 17025/2005 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, requisito 5.8 - Manuseio de Itens de Ensaio e Calibração, o laboratório deve tomar providências necessárias para a proteção da integridade do item de ensaio ou calibração enviado pelo cliente.

7.5.2 O envio dos instrumentos para calibração seja realizado em embalagem apropriada, devidamente acondicionado a fim de evitar impactos que provoquem danos nos instrumentos. Esclarecemos ainda que o acondicionamento do instrumento é uma das etapas primordiais para manutenção da integridade do instrumento e para manutenção de suas características metrológicas.

**7.6 Apresentação dos resultados:**

7.6.1 - Os resultados serão apresentados sob a forma de um certificado de calibração incluindo pelo menos as seguintes informações:

7.6.1.1 um título “Certificado de Calibração”;

7.6.1.2 nome e endereço do laboratório e o local onde o serviço foi realizado, se diferentes do endereço do laboratório;

7.6.1.3 identificação unívoca do certificado de calibração, e em cada página uma identificação que assegure que a página seja reconhecida como uma parte do certificado, e uma clara identificação do final do certificado de calibração;

7.6.1.4 nome e endereço do cliente;

7.6.1.5 identificação do método utilizado;

7.6.1.6 uma descrição, condição e identificação não ambígua dos itens de calibração;





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 16 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

7.6.1.7 data do recebimento dos itens de calibração, quanto isso for crítico para a validade e aplicação dos resultados, e as datas da realização da calibração.

7.6.1.8 resultados da calibração com as unidades de medida, onde apropriado;

7.6.1.9 nome, função e assinatura ou identificação equivalente da pessoa autorizada para emissão do certificado de calibração.

uma declaração de que os resultados se referem somente ao item calibrado;

7.6.1.10 uma declaração especificando que o certificado de calibração só deve ser reproduzido completo. Reprodução de partes requer aprovação escrita da CONTRATADA.

7.6.2 - Em adição ao item 7.6.1, os certificados de calibração, onde necessário para a interpretação dos resultados de calibração, incluirão:

7.6.1.11 as condições sob as quais as calibrações foram feitas, que tenham influência sobre os resultados da medição;

7.6.1.12 a incerteza de medição;

7.6.1.13 evidência de que as medições são rastreáveis;

7.6.1.14 os resultados das calibrações antes e depois do ajuste ou reparo, se disponíveis.

7.6.2 É vedado o uso dos certificados de calibração, ou dos resultados neles expressos para fins de propaganda e comerciais, sob qualquer forma ou meio de difusão.

7.6.3 A reprodução ou divulgação dos certificados de calibração só poderá ser feita integralmente, sem nenhuma alteração, e unicamente em atendimento às atividades técnicas do cliente ou em cumprimento de exigências legais, sendo vedada para quaisquer outras finalidades.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**):

8.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 17 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

8.1.6 - Providenciar às suas despesas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do presente **CONTRATO**.

8.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**, observando-se o disposto na sua norma interna de classificação de documentos e na sua política de segurança da informação.

8.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

8.1.13 - Cumprir as determinações contidas no presente **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao presente **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 18 de 33

VISTO

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

8.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do presente **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no presente **CONTRATO**.

8.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontrados pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

8.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do presente **CONTRATO**.

8.1.27 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.28 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.28.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.29 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 19 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

8.1.30 - Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.31 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.32 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.33 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.34 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**):

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 20 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

8.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o presente **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.12 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.2.13 - Executar os serviços nos prazos definidos.

8.2.14 - Executar os serviços conforme disposto no item 7.2 – SERVIÇOS.

8.2.15 – Executar os serviços nos prazos definidos.

8.2.16 - Responder tecnicamente pela execução dos serviços prestados.

8.2.17 - Entregar os instrumentos calibrados com seus respectivos certificados de calibração.

8.3.18 - Disponibilizar mão-de-obra especializada e infraestrutura adequada à execução dos serviços conforme definido no item 8.1.

8.2.17 - Responder pela integridade e guarda dos instrumentos coletados na POTIGÁS, quando estes estiverem sob sua responsabilidade, ou seja, nas dependências da **CONTRATADA**, assim como, até o seu devido retorno a Potigás.

8.2.18 - Informar e justificar, por escrito, a POTIGÁS a necessidade de realização de serviços, com ou sem substituição de peças.

8.2.19 - Informar, por escrito, a POTIGÁS sobre qualquer desvio ocorrido durante a execução do serviço.

8.2.20 - Zelar pela manutenção da boa comunicação sobre conselhos e orientações sobre assuntos técnicos, bem como opiniões e interpretações baseadas nos resultados.

8.2.21 - Arcar com todas as despesas de transporte dos instrumentos (ida e retorno), assim como, ressarcimento a **CONTRATADA**, em caso de extravio ou danos.

8.2.22 – Coletar e entregar os instrumentos conforme descrito abaixo:

8.2.22.1 - **Lote 1:** Na sede da POTIGÁS, localizada na Av. Prudente de Moraes, 675 - Tirol – **Natal/RN**, dentre os horários de 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas.

8.2.22.2 – **Lote 2:** Na Base da Potigás, Rua Dr. João Marcelino, Abolição I, **Mossoró/RN**, dentre os horários de 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 21 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

8.2.23 - O transporte e o manuseio dos instrumentos devem seguir recomendações do Procedimento PO-007.11 (Recebimento, manuseio, transporte e armazenamento de instrumentos) da POTIGÁS.

8.2.24 - Seguir as recomendações do Procedimento PO-001.11 (Calibração e ajuste de manômetro) e o PO-002.11 (Calibração e ajuste de termômetro).

8.2.25 - Providenciar embalagem adequada para transporte dos instrumentos (ida e retorno), conforme disposto no PO-007.11 (Recebimento, manuseio, transporte e armazenamento de instrumentos).

8.3 A POTIGÁS obriga-se:

8.3.1 - Efetuar os pagamentos devidos.

8.3.2 - Aprovar os BM's emitidos pela CONTRATADA, ressalvado o direito de questionamento sobre o serviço constante no referido BM.

8.3.3 - Informar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer desvio ocorrido durante a execução do serviço.

8.3.4 - Zelar pela manutenção da boa comunicação sobre conselhos, orientações, sugestões e reclamações referentes à prestação do serviço.

8.3.5 - Liberar cada execução de serviços descritos neste termo de referência, com a quantidade mínima de 10 instrumentos.

8.4 Do acompanhamento e medição dos trabalhos:

8.4.1 - A CONTRATANTE efetuará, mensalmente, a medição dos serviços realizados e concluídos, sendo o Boletim de Medição fechado sempre no dia 20 de cada mês, obrigando-se a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal até o último dia útil do respectivo mês. Quando não houver a realização de serviços no período, não haverá a medição.

8.4.2 - A POTIGÁS deverá acompanhar as medições e realizar a avaliação mensal dos serviços prestados conforme a medição do período.

**9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos

GERÊNCIA  
Sistema  
FIERN  
JURÍDICO

**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 22 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3 - A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico [xml.nfe@potigas.com.br](mailto:xml.nfe@potigas.com.br).

9.1.4 - No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.

9.1.5 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.5.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.5.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 23 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de **2%** (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de **0,2%** (dois décimos por cento), até o limite de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9.8 - Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) deste **CONTRATO**.

9.9 - Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrado no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.

9.10 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos a **CONTRATADA**:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento deste **CONTRATO**;
- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

**10 - DA VIGÊNCIA**

**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 24 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

**11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 - O preço consignado no **CONTRATO** poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, com base na variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

11.5 - O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

11.6 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.8 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.9 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10 - O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

11.11 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

**12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 25 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

*[Assinaturas manuscritas]*





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 26 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA** de **100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 27 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no **§2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

**13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do **CONTRATO**, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os materiais/serviços que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas no **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 28 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.10 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.11 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.12 - Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.12.1 - Caso os materiais sejam entregues com atraso pela **CONTRATADA**, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas no **CONTRATO**.

13.13 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.14 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.15 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no CAPÍTULO VIII do **RILC** da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

#### **14 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO**

14.1 - A medição dos serviços contratados será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, apurados pela FISCALIZAÇÃO do respectivo **CONTRATO**, conforme diretrizes contidas no **CONTRATO** e seus anexos.

14.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

#### **15 - MATRIZ DE RISCOS**





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 29 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

15.1 - Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao **CONTRATO** vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo **CONTRATO**, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

15.1.1 - A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do **CONTRATO**, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:

Tipo de risco	Motivo	Severidade	Probabilidade	Risco	Ações Mitigadoras	Resp. da Contratada	Resp. do Contratante
Aumento do custo e das despesas necessárias a realização dos serviços contratados, além dos níveis inflacionários	Elevação de preços de insumos inerentes ao contrato, acima da inflação, medida pelos indicadores oficiais	2	1	3	Ajustar os preços de taxas, serviços adicionais e insumos prevendo todo o período contratual	X	
Atraso no pagamento do Boletim de Medição	Descumprimento por parte da <b>CONTRATADA</b> das exigências contratuais; Problemas no fluxo de caixa da POTIGÁS	2	2	4	Nomear o fiscal e o gerente do contrato; Acompanhar o fluxo de caixa para a realização do pagamento no prazo pactuado	X	X

SEVERIDADE PROBABILIDADE			
	BAIXA (1)	MÉDIA (2)	ALTA (3)
Baixa (1)	Risco trivial (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)
Média (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)
Alta (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)	Risco intolerável (6)

NÍVEL DE RISCO	AÇÃO
Trivial / Importância 2	Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável.
Tolerável / Importância 3	Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Moderado / Importância 4	Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e limitados. As medidas de redução de risco devem ser



**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 30 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

	implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato. Quando o risco moderado é associado a severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoadas, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
<b>Substantial / Importância 5</b>	Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
<b>Intolerável / Importância 6</b>	Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

**16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

**17 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

**18 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS****18.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

18.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO****QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:**

- I - Cédula de identidade oficial, Cartão PIS/PASEP e Comprovante de residência, no caso de pessoa física;
- II - Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de sociedade empresária;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;
- IV - Em se tratando de sociedades por ações e sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;
- V - Inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

§ 1º As provas de que tratam os incisos II, III e IV poderão ser feitas mediante apresentação de certidão

Sistema  
FIERN

JURÍDICA





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 31 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

simplificada expedida pela Junta Comercial.

§ 2º No caso de sociedades não empresárias de que trata o inciso V, por certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;
- III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do LICITANTE;
- V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Mobiliários emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do fornecedor;
- VI - Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);
- VII - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

**ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

- I - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.





**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 32 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**19 - DOS ANEXOS**

19.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente Termo de Referência, assim enumerados:

ANEXO A - PO-001.11 (Calibração e ajuste de manômetro);

ANEXO B - PO-002.11 (Calibração e ajuste de termômetro).

ANEXO C - PO-007.11 (Recebimento, manuseio, transporte e armazenamento de instrumentos).

Natal/RN, 03 de maio de 2021.

Elaboração:

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Tuanny da Silva Barbosa  
Técnica de Processos

Tuanny da Silva Barbosa (Gerência de Operação e  
Manutenção)  
Técnica de Processos

Revisão:

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS

Aluísio Azevedo Neto  
Gerente de Operação e Manutenção

Aluísio Azevedo Neto  
Gerente Operação e Manutenção

Antônio Saldanha Filho  
Gerente da Base de Mossoró

*[Handwritten signature]*







**CONTRATO Nº 5-053-21**

Página 33 de 33

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU**

**PCS Nº 3-041-21**

**PROPONENTE:**

**CNPJ:**

**NATAL**

**PPU- PLANILHA DE PREÇO UNITÁRIO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE (A)	UND	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Calibração de Manômetro analógico e digital	145	UND		-
2	Calibração de Manômetro analógico e digital - Padrão	20	UND		-
3	Calibração de Termômetro analógico e digital com sensor termorresistivo	20	UND		-
4	Calibração de Termômetro bimetálico e capela	35	UND		-
5	Calibração de sonda de pressão absoluta	3	UND		-
6	Calibração de sonda de temperatura	3	UND		-
7	Calibração de transmissor de pressão	50	UND		-
8	Calibração de transmissor de pressão diferencial	6	UND		-
					-

**MOSSORÓ**


**PPU- PLANILHA DE PREÇO UNITÁRIO**

1	Calibração de Manômetro analógico e digital	50	UND		-
2	Calibração de Manômetro analógico e digital - Padrão	6	UND		-
3	Calibração de Termômetro analógico e digital com sensor termorresistivo	15	UND		-
4	Calibração de Termômetro bimetálico e capela	5	UND		-
5	Calibração de sonda de pressão absoluta	3	UND		-
6	Calibração de sonda de temperatura	3	UND		-
7	Calibração de transmissor de pressão	15	UND		-
					-

**VALOR TOTAL**

*[Handwritten signature]*



	<p align="center"><b>ORDEM DE COMPRA (OC)</b>  <b>Nº 7-054-21</b>  Página 1 de 3</p>	<p align="center"><b>VISTO</b>  O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.</p>
---	--	---

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)		<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)		<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> CAMPOS EQUIPAMENTOS E REFRIGERAÇÃO LTDA		<b>CNPJ:</b> 08.238.974/0001-10
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida José Bento, nº 781, Alecrim, Natal/RN (CEP 59.032-060)		<b>FONE:</b> (84) 3213-7071
<b>OBJETO:</b> Fornecimento de Fornos Microondas, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.		
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>30 (trinta) dias corridos</b> contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO DE FORNECIMENTO:</b> O prazo máximo de entrega dos materiais será de <b>20 (vinte) dias corridos</b> contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela <b>CONTRATADA</b> .	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$1.580,00</b> (Um Mil, quinhentos e Oitenta Reais)
<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> 1) Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a <b>CONTRATADA</b> multa moratória de, <b>0,2% (dois décimos por cento)</b> do valor da parcela do objeto, emitida pela <b>CONTRATANTE</b> , por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela <b>CONTRATADA</b> no documento em questão. 2) A <b>CONTRATADA</b> pagará multa de <b>2% (dois por cento)</b> sobre o valor total do <b>CONTRATO</b> em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, que comprovadamente provoquem danos à <b>CONTRATANTE</b> , sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis. 3) As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.		<b>IMPOSTOS:</b> Todos os impostos, frete e taxas estão inclusos no preço total.
		<b>CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:</b> Os preços contratuais são fixos e irrevogáveis.
<b>RECURSOS FINANCEIROS:</b> Os recursos financeiros ao atendimento deste <b>CONTRATO</b> são oriundos de receita própria da <b>CONTRATANTE</b> , proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta “ <b>PO 2021 - INVESTIMENTOS – Item 2.3.1, COM REMANEJAMENTO DE R\$1.580,00 DA CONTA PO2021 - INVESTIMENTOS - MATERIAIS PARA COMPRA</b> ”.		<b>FORO:</b> Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
<b>CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:</b> <b>CIF – Natal/RN.</b> A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em dias úteis, nos horários das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas, na Sede da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) – na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o objeto ser recebido e conferido pela <b>FISCALIZAÇÃO</b> da <b>CONTRATANTE</b> e atestado pelo setor competente.		
<b>CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:</b> 1) Os pagamentos serão efetuados pela <b>CONTRATANTE</b> à <b>CONTRATADA</b> por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela <b>CONTRATADA</b> ou por intermédio de boleto bancário, <b>20 (vinte) dias corridos</b> após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias <b>10, 20 ou 25</b> de determinado mês, o pagamento será efetuado no <b>primeiro dia útil seguinte</b> . 2) A <b>CONTRATANTE</b> não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo <b>DANFE</b> (Documento Auxiliar de Nota		






**ORDEM DE COMPRA (OC)****Nº 7-054-21**

Página 2 de 3

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente contrato, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico [xml.nfe@potigas.com.br](mailto:xml.nfe@potigas.com.br).

3) À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações técnicas e quantidade descritas neste contrato e nos seus anexos, até que sejam atendidas todas as exigências formais feitas pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos, em decorrência desses atrasos.

**RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

Cabe a **CONTRATADA**: 1) **Fornecer** o objeto do **CONTRATO** rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CONTRATANTE**. 2) **Fornecer** todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis, substituindo qualquer produto defeituoso, dentro do prazo estabelecido neste documento, sem custos adicionais para **CONTRATANTE**. 3) **Cumprir** rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados no **CONTRATO**, sujeitando-se às sanções aqui estabelecidas, além das previstas no RILC da POTIGÁS. 4) **Responsabilizar-se** pelo transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais, respondendo por seus custos e pelos eventuais danos ocasionados nos materiais ou a terceiros por estas movimentações, devendo os mesmos ser entregues à **CONTRATANTE** em perfeitas condições de uso. 5) **Pagar** todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais objeto deste **CONTRATO**, bem como eventual custo de frete relativo a respectiva entrega. 6) **Manter e fornecer**, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo. 7) **Responsabilizar-se** pelo fiel cumprimento de todas as disposições contidas no **CONTRATO**, e ainda responder por suas sanções, quando aplicadas.

Cabe a **CONTRATANTE**: 1) **Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**. 2) **Efetuar** os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos. 3) **Verificar** se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, estão dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos. 4) **Exigir** o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. 5) **Exigir** o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para o fornecimento dos materiais contratados e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**. 6) Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais, objeto do **CONTRATO**, fixando-lhe prazos para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas. 7) **Notificar**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa.


**FISCALIZAÇÃO:**

A **FISCALIZAÇÃO** do objeto ora contratado será realizada pelos profissionais pertencente ao quadro da **CONTRATANTE**, infra-assinados, com poderes para verificar o fiel cumprimento das disposições contidas no presente Contrato, obrigando-se a **CONTRATADA** a facilitar o pleno desempenho de suas atribuições. A **FISCALIZAÇÃO** terá os mais amplos poderes necessários ao exercício de suas atribuições fiscalizadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, não exime a **CONTRATADA** da total responsabilidade pelo fornecimento dos materiais/equipamentos ora contratados. O GESTOR e os respectivos FISCALIS deste contrato que subscreverem ficam automaticamente designados.

**RESCISÃO:**

A **CONTRATANTE** poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela **CONTRATADA**, de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.



	<p align="center"><b>ORDEM DE COMPRA (OC)</b>  <b>Nº 7-054-21</b>  Página 3 de 3</p>	<p align="center"><b>VISTO</b>  O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.</p>
---	--	---

**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que considerada Dispensável a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS, estando vinculado ao processo de contratação nº PCM Nº 2-053-21, que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**MATRIZ DE RISCOS:**

Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da CONTRATADA, já previstas no presente instrumento.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste CONTRATO, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) A presente Ordem de Compra (OC) se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente CONTRATO, assim enumerados:


ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU


Natal/RN, 26 de agosto de 2021.


Pela CONTRATANTE:

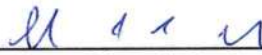
  
Larissa Dantas Gentile  
Diretora Presidente

  
Eliana de Menezes Bandeira  
Diretora Administrativa e financeira

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

  
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira  
Gerente Administrativo e de Suprimentos  
Gestor do CONTRATO

  
João Solon de Medeiros Júnior  
Técnico Administrativo  
Primeiro Fiscal do CONTRATO

  
Hugo César da Rocha Ribeiro  
Técnico Administrativo  
Segundo Fiscal do CONTRATO



## ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCM Nº2-053-21

CONTRATO Nº 5-054-21

CONTRATADA: CAMPOS EQUIPAMENTOS E REFRIGERAÇÃO LTDA

CNPJ: 08.238.974/0001-10

GRUPO ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE (A)	UN.	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO COM IPI E ICMS DE ORIGEM (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
1	FORNO MICROONDAS	2	UN.	BRASTEMP	790	1580,00
VALOR TOTAL:					R\$	1.580,00





**CONTRATO Nº 5-059-21**

Página 1 de 4

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**TERMO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO Nº 5-048-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A LARISSA BIANCA PEREIRA VIEIRA 07522275482 – LARIB PRODUÇÕES.**

**A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista do Estado do Rio Grande do Norte, com Sede Social na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), CNPJ Nº 70.157.896/0001-00, representada por seus Diretores infra-assinados, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **PATROCINADORA**, e, de outro lado a **LARISSA BIANCA PEREIRA VIEIRA 07522275482 – LARIB PRODUÇÕES**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.248.758/0001-65, situada na Rua Dr. Pedro Matos, nº 65, Auta de Souza, Macaíba/RN (CEP: 59.280-000), neste ato representada por seu Responsável Legal infra-assinado, aqui denominada **BENEFICIÁRIA**, firmam como justo e acordado, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS**, na Lei Federal nº13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e Instrução Normativa SECOM-PR Nº 01, de 8 de maio de 2009, este **CONTRATO DE PATROCÍNIO**, com as cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - Concessão de **PATROCÍNIO** pela **POTIGÁS** para o projeto **QUILOMBARTE**, a ser realizada em Macaíba/RN, promovido pela empresa **BENEFICIÁRIA**.

1.2 - As diretrizes para a **PATROCINADORA** e para a **BENEFICIÁRIA** são as estabelecidas no presente **CONTRATO** de **PATROCÍNIO**.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONTRAPARTIDAS:**

2.1 - A **PATROCINADORA** terá, como contrapartida do seu investimento:

**Comunicação e Marketing**

- Inserção da marca **POTIGÁS** como apresentador (marca maior), no início de todas as artes de divulgação do evento.
- Inserção da marca **POTIGÁS** como apresentador (marca maior), no início de todas as fotos do evento.
- Inserção da marca **POTIGÁS** ao final de vídeo promocional do evento.
- Citação da **POTIGÁS** como patrocinadora principal do projeto nos releases enviados a imprensa.
- Inserção da logomarca da **POTIGÁS** nos banners, deixando a marca fixada durante todo o tempo do projeto e evento de encerramento.
- Inserção da logomarca da **POTIGÁS** nas camisetas para equipe do evento.
- Menção de agradecimento a **POTIGÁS** durante o evento.
- Menção da **POTIGÁS** nos crachás dos participantes do evento.
- Banner da **POTIGÁS** no local do evento.
- Exibição de vídeo promocional da **POTIGÁS** antecedendo a programação do evento.
- Veiculação da marca da **POTIGÁS** nas artes de divulgação feitas através da página do Facebook e Instagram.
- Inserção do endereço eletrônico da empresa como link no Facebook e Instagram do projeto/evento.
- Distribuição de convites eletrônicos para Instituições de Ensino Superior e Entidades Culturais do Estado.
- Parcerias com escolas da rede pública.

**Redes Sociais**





**CONTRATO Nº 5-059-21**

Página 2 de 4

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Pensando o evento de encerramento do projeto trabalhamos com as seguintes mídias

- Cards para feed do Instagram e Facebook (10 cards 1080px por 1080px).
- Cards para stories do Instagram (10 cards 1920px por 1080px).
- Vídeos curtos de celular do feed, IGTC e Stories (3 vídeos de 14 segundos para stories, 1 vídeo de 1 minuto para IGTV, Facebook e Feed do Instagram).

Para as Oficinas trabalharam com as seguintes mídias

- Cards para feed do Instagram e Facebook (5 cards 1080px por 1080px).
- Cards para stories do Instagram (5 cards 1080px por 1080px).
- Vídeos curtos de celular no feed e stories (2 vídeos de 14 segundos para stories, 1 vídeo de 1 minuto para IGTV, Facebook e Feed do Instagram).

Para Semana de Ações, Vivências e Atividades

- Cards para feed no Instagram e Facebook (5 cards 1080px por 1080px)
- Cards para stories no Instagram (5 cards 1080px por 1080px)

Cartazes Impressos

Para todos os casos citados também trabalharemos com a mídia off-line produzindo algumas unidades de um cartaz contendo a data da semana de ações e atividades. O cartaz será fixado em lugares específicos e estratégicos como pontos culturais, universidades, e na comunidade onde as atividades deverão acontecer.

- 15 cartazes tamanho A2.
- Todo o material de redes sociais será publicado nas contas criadas para o projeto.

Release

Para o projeto produziremos um texto release que será divulgado para os portais, jornais, emissoras e rádio e televisivas de Natal.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO PATROCÍNIO:**

3.1 - O valor do **PATROCÍNIO** é de **R\$20.000,00 (vinte mil reais)**, a ser depositado na conta corrente bancária indicada pela **BENEFICIÁRIA**, em parcela única, 20 (vinte) dias corridos após a conclusão do projeto e recebimento dos respectivos documentos de comprovação de prestação de contas e documentos fiscais e de apresentação dos documentos descritos no item 6.1.2 do edital e caso a data de pagamento recaia sobre os dias 10, 20 ou 25 de determinado mês, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

3.2 - Caso sejam constadas irregularidades na prestação de contas ou na apresentação dos documentos do item 3.1 acima, o prazo para pagamento será contado a partir da data da reapresentação, pela **BENEFICIÁRIA**, dos documentos devidamente corrigidos.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no Plano

**CONTRATO Nº 5-059-21**

Página 3 de 4

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

Orçamentário da POTIGÁS, relativo ao(s) exercício(s) de 2021/2022, na conta: " PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.10.3".

**5. CLÁUSULA QUINTA – DA COTA ÚNICA:**

5.1 - Este PATROCÍNIO independe de outras cotas, não existindo ônus adicionais para a PATROCINADORA.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:**

6.1 - A vigência do presente CONTRATO é de 06 (seis) meses, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação da CONTRATANTE.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:**

7.1 - O presente CONTRATO poderá ser rescindido na hipótese de superveniência de norma legal, determinação de autoridade pública ou no caso de ocorrência de caso fortuito e/ou força maior que torne impraticáveis as operações ora ajustadas, devendo a BENEFICIÁRIA restituir, imediatamente e independente de aviso, à PATROCINADORA o valor pago.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA:**

8.1 - Apresentar, mensalmente, durante a vigência do presente CONTRATO, os documentos que comprovam a habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista.

8.2 - Garantir que as contrapartidas estabelecidas na cláusula segunda do presente CONTRATO sejam fielmente cumpridas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3 - Apresentar **mensalmente**, durante o prazo de vigência do presente CONTRATO, relatório que comprove os benefícios e contrapartidas concedidos à PATROCINADORA, em decorrência do investimento realizado por esta última, anexando os comprovantes e registros publicitários pertinentes.

8.4 - Divulgar, em destaque, o nome da PATROCINADORA em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, no local onde está sendo realizado, e nos eventos e ações dele decorrentes.

8.5 - As logomarcas da PATROCINADORA deverão estar de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos no momento da assinatura deste CONTRATO, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8.6 - Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir as obrigações ajustadas neste CONTRATO, no todo ou em parte, a terceiros, sem a prévia e expressa anuência da outra parte, bem como este CONTRATO não poderá servir de garantia bancária ou aval fiduciário.

8.7 - A BENEFICIÁRIA fica obrigada a devolver à PATROCINADORA os valores eventualmente pagos, caso não seja realizado o Projeto por ela mesma apresentado quando da solicitação do PATROCÍNIO ou se o mesmo for cancelado por quaisquer motivos.

8.8 - A BENEFICIÁRIA fica obrigada a apresentar, juntamente com o envio da nota fiscal correspondente ao patrocínio objeto do presente CONTRATO, a prestação de contas da aplicação dos recursos fornecidos pela PATROCINADORA.

**9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:**

9.1 - Fica estipulado, de comum acordo entre as partes, que será devida multa correspondente a até 10% do valor do presente CONTRATO, para a parte que infringir cláusulas contratuais.





**CONTRATO Nº 5-059-21**

Página 4 de 4

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

9.2 - No caso da **BENEFICIÁRIA** ser considerada inadimplente, a **PATROCINADORA** poderá, ainda, proceder a inscrição desta no cadastro de inadimplentes do SIAFI e no cadastro informativo de créditos não quitados (CADIN), quando a **BENEFICIÁRIA** não apresentar a prestação de contas final ou parcial dos recursos recebidos nos prazos regulamentares.

9.3 - Pela inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** a **PATROCINADORA** poderá ainda aplicar a sanção à **BENEFICIÁRIA** de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, devendo ser concedido a esta última o direito à ampla defesa.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:**


10.1 - Fica estabelecido o Foro da Comarca de Natal/RN, com renúncia expressa de qualquer outro, para quaisquer questões decorrentes deste **CONTRATO**.

Assim, por estarem de comum acordo, a **PATROCINADORA** e a **BENEFICIÁRIA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 26 de agosto de 2021.

**PELA PATROCINADORA:**


  
\_\_\_\_\_  
**Larissa Dantas Gentile**  
Diretora Presidente


  
\_\_\_\_\_  
**Eliana de Menezes Bandeira**  
Diretora Administrativa e de Suprimentos

**PELA BENEFICIÁRIA:**

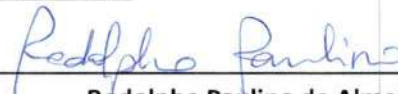
  
\_\_\_\_\_  
**Larissa Bianca Pereira Vieira**  
Presidente  
CPF/MF: 075.222.754-82

**PELA FISCALIZAÇÃO DA PATROCINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
**Cristiane Kelly Macedo da Silva Oliveira**  
Gestor do **CONTRATO**

  
\_\_\_\_\_  
**Flávia Talita Lucena das Chagas Monteiro**  
Fiscal do **CONTRATO**

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
**Rodolpho Paulino de Almeida**  
CPF: 113.990.444-27

  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**  
CPF: 595.822.274-00

**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 1 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5-061-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA LUIS ANTÔNIO TORRES URDANETA - (TTAC TTAUTOMATION).**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **LUIS ANTÔNIO TORRES URDANETA - (TTAC TTAUTOMATION)**, com Sede na Av Olof Palme, nº 505, BLC 01 APT 302, Camorim, Rio De Janeiro/RJ (CEP 22.783-119), inscrita no CNPJ sob o nº 28.054.272/0001-93, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços de **INSTALAÇÃO DE MONITORAMENTO REMOTO NOS RETIFICADORES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CATÓDICA DA POTIGÁS**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso I do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao **PCS nº 3-069-21**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021 da GO&M, na conta: “**PO 2021 – INVESTIMENTOS – Item 1.4.1.2 (Remotas para os Retificadores dos Sistemas de Proteção Catódica) - ORÇADO; PO 2021 – INVESTIMENTOS – Item 1.4.2.1 (Customização do Sistema de Gerenciamento da Medição) – REMANEJAMENTO; PO 2021 – INVESTIMENTOS – Item 1.4.2.2 (Customização do Sistema Supervisório) - REMANEJAMENTO**”.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, não podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

**5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:**

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 2 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

5.1.1 - Os valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** serão aqueles resultantes da aplicação dos preços unitários constantes na Planilha de Preços, sobre as quantidades dos serviços que forem efetivamente executados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

5.2 - Na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA** foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

5.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** estão garantidos no plano orçamentário da **CONTRATANTE**.

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:**

As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.1 - Os serviços a que se refere a Cláusula Primeira (Objeto) deverão ser executados em conformidade com o disposto neste **CONTRATO** e seus anexos, por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pois se trata de contratação por preço certo de unidades determinadas.

7.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente ao presente **CONTRATO** e aos seus anexos.

7.2.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos supramencionados serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**, por seu representante credenciado junto à **CONTRATADA**.

7.2.2 - A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, seja Representante Legal ou quaisquer outros.

7.3 - O recebimento e aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

7.4 - A **CONTRATADA** deve garantir os serviços prestados à **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

7.5 - O modo de execução dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**, estão detalhados nos documentos anexado a este instrumento contratual.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).



**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 3 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste CONTRATO).

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

10.4 - Se necessária uma determinada alteração, será adicionada a seguinte **CLÁUSULA DE QUITAÇÃO** ao Aditamento Contratual:

10.4.1 - A **CONTRATADA** dá à **CONTRATANTE**, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todos os seus direitos correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente

*ff*

*A*

*h*

*key*





**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 4 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

data, relativos ao **CONTRATO** em questão, ressalvados os requerimentos já protocolizados perante a administração e pendentes de análise, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, com fundamento no contrato ora aditado, em juízo ou fora dele.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;

ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;

iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;

iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 5 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

- XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.
- § 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:
- a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.
- § 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.
- § 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:





**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 6 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

**§ 1º** A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**§ 2º** Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

**§ 3º** Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

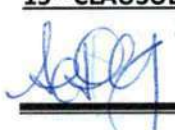



## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:**

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidos no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:**

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:**

**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 7 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:**

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Projeto Básico (Anexo I deste **CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.



**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:**

17.1 - As condições para apresentação da GARANTIA CONTRATUAL estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

18.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

18.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:**

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, na Lei Federal nº 13.303/2016, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

**20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ANEXOS:**

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

**21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:**



**CONTRATO Nº 5-061-21**

Página 9 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.


21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente CONTRATO, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do CONTRATO, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 26 de Agosto de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

  
 Larissa Dantas Gentile  
 Diretora Presidente


  
 Sérgio Henrique Guimarães de Paula  
 Diretoria Técnica e Comercial

**PELA CONTRATADA:**


  
 Luis Antônio Torres Urdaneta  
 Responsável Legal  
 CPF/MF: 014.561.634-77


**TESTEMUNHAS:**

1ª -   
 Emanuelle Karla Feitosa Soares  
 CPF/MF: 103.883.784-76

2ª -   
 Ricardo Wagner Guilhermino Pereira  
 CPF: 595.822.274-00

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

  
 Aluisio Azevedo Neto  
 Gerente de Operação e Manutenção  
 Gestor do CONTRATO

  
 Luis Arthur Almeida de Assis  
 Engenheiro Júnior  
 Fiscal Técnico do CONTRATO



JP



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**  
Página 1 de 17

**Identificação**  
**PB-GOM-013-21**

**OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

**ÍNDICE DE REVISÕES**

Revisão	Item	Alteração						
Original	-	-						
	Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F	Rev. G
Data	19/07/2021							
Elaboração	LAAA							
Verificação	AAN							
Aprovação	SHGP							



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 2 de 17

**Identificação**  
**PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC****1. DO OBJETO**

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de Monitoramento Remoto nos Retificadores do Sistema de Proteção Catódica da Potigás, localizados Goianinha/RN, Mossoró/RN, Natal/RN e Macaíba/RN, localizada no estado do Rio Grande do Norte.

**2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta "Investimentos - Item 1.4.1.2".

**3. DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1. A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas atualizações.

**4. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pois se trata de contratação por preço certo de unidades determinadas, que se revela como a mais adequada para medição dos referidos serviços, nos estabelecimentos da **CONTRATANTE**.

**5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme art. 54, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, considerando os preços unitários de referência, haja a vista que, no nosso entendimento, é o mais adequado e vantajoso para a Companhia, pois possibilitará a contratação e a execução de todos os itens por uma única empresa **CONTRATADA**, facilitando a gestão/fiscalização de um único contrato e gerando a possibilidade de obtenção de melhores preços.


**6. DOS QUANTITATIVOS**

6.1. Os serviços a serem contratados são os abaixo descritos com as quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANTIDADE
1	Monitoramento Remoto dos Retificadores do Sistema de Proteção Catódica da Potigás	UNIDADE	01

**7. DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****7.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

7.1.1. Conforme ANEXO A - PB-GOM-013-21 - Especificação Técnica – MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC

	<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 3 de 17	<b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b>
	<b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b>	

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Projeto Básico:

8.1.1. Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.2. Confiar a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.4. Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5. Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas a execução dos serviços.

8.1.6. Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7. Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.8. Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do **CONTRATO**.

8.1.9. Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10. Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.11. Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**, observando-se o disposto na sua norma interna de classificação de documentos e na sua política de segurança da informação.

8.1.12. Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.

8.1.13. Cumprir as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 4 de 17

**Identificação  
PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

8.1.15. Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.16. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17. **Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.**

8.1.18. Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.

8.1.19. Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.20. Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.21. Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no **CONTRATO**.

8.1.22. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO**, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.23. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.


8.1.24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA** no **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.25. Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.1.26. Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do **CONTRATO**.

8.1.27. Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

	<p align="center"><b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 5 de 17</p>	<p align="center"><b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b></p>
<p align="center"><b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b></p>		

8.1.28. Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.28.1. Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.29. Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

8.1.30. Utilizar profissionais especializados para realizar os atendimentos, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.31. Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.32. Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.33. Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.34. Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do contrato perante a **CONTRATANTE**.

8.2. São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Projeto Básico:

8.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3. Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4. Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.

8.2.5. Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 6 de 17

**Identificação  
PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

8.2.8. Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.

8.2.9. Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10. Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.11. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.12. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**9. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2. Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3. A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico [xml.nfe@potigas.com.br](mailto:xml.nfe@potigas.com.br).

9.1.4. No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.


9.1.5. Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.5.1. Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.5.2. O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

9.2. A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA**



	<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 7 de 17	<b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b>
	<b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b>	

providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1. A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

9.3. À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **SIMPLES**, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5. A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6. O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de 2% (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7. O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9.8. Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) do **CONTRATO**.

9.9. Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrado no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 8 de 17

**Identificação  
PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

9.10. A CONTRATANTE poderá deduzir dos valores a serem pagos a CONTRATADA:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento do **CONTRATO**;
- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

**10. DA VIGÊNCIA**

10.1. A vigência do **CONTRATO** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua data de assinatura.

**11. DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

11.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. O preço consignado no **CONTRATO** poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, com base na variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.


11.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

11.5. O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

11.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

	<p align="center"><b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 9 de 17</p>	<p align="center"><b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b></p>
<p align="center"><b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b></p>		

11.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10. O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

11.11. O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC** da **POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1. À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1. Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a **CONTRATADA** multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2. Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, serão aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 10 de 17

**Identificação  
PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

12.4. A **CONTRATADA** pagará multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5. Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6. Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.


§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do RILC da **POTIGÁS**.

12.9. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



	<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 11 de 17	<b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b>
	<b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b>	

12.10. As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1. As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, será descontada da garantia, quando houver, da respectiva **CONTRATADA**. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11. As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

### 13. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2. A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do **CONTRATO**, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os materiais/serviços que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3. A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4. Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5. A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7. A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas no **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 12 de 17

**Identificação  
PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

13.8. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9. A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.10. A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.11. É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.12. Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.12.1. Caso os materiais sejam entregues com atraso pela **CONTRATADA**, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas no **CONTRATO**.

13.13. À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes neste documento, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.14. As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.15. O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no CAPÍTULO VIII do RILC da POTIGÁS, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

**14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO**


14.1. A medição dos serviços contratados será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, apurados pela FISCALIZAÇÃO do respectivo **CONTRATO**, conforme diretrizes contidas no **CONTRATO** e seus anexos.

14.2. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

14.3. Os critérios de medição estão definidos conforme ANEXO B - PB-GOM-013-21 - Critérios de Medição - MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC.

**15. MATRIZ DE RISCOS**

15.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao **CONTRATO** vinculado a este Projeto Básico os seguintes riscos e responsabilidades entre as

	<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 13 de 17	<b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b>
	<b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b>	

partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo **CONTRATO**, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

15.1.1. A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do **CONTRATO**, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:

Tipo de risco	Motivo	Severidade	Probabilidade	Risco	Ações Mitigadoras	Resp. da CONTRATADA	Resp. do CONTRATANTE
Aumento no custo de insumos	Reajustes de preços de fornecedores materiais e equipamentos	1	1	2	Acompanhar a flutuação de preços praticados por fornecedores	X	
Aumento do custo do frete	Reajustes de preços de combustíveis	2	2	4	Acompanhar a flutuação dos preços dos fretes, indicando novos modais ou rotas	X	
Custos por ações judiciais movidas por terceiros	Ações judiciais movidas por terceiros por questões trabalhistas, previdenciárias e outras	1	1	2	Manter-se adequado as normas que regem as atividades trabalhistas, previdenciárias, civis e outras	X	
Aplicação de sanções por órgãos de fiscalização	Não observação de normas e procedimentos que impliquem sanções por órgãos de fiscalização	1	1	2	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Paralisação injustificada do serviço	Não atendimento aos padrões e normas que regem o setor	1	1	2	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Atraso no pagamento do Boletim de Medição	Ausência de fiscal substituto; Problemas no fluxo de caixa da Potigás	1	1	2	Nomear o fiscal e o gerente do contrato; acompanhar o fluxo de caixa para a realização do pagamento no prazo pactuado		X
Atraso na execução do serviço por condições	Excesso de chuva no período	2	1	3	Acompanhar condições meteorológicas e possuir um plano de	x	



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 14 de 17

**Identificação**  
**PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

Tipo de risco	Motivo	Severidade	Probabilidade	Risco	Ações Mitigadoras	Resp. da CONTRATADA	Resp. do CONTRATANTE
climáticas adversas					contingência		

SEVERIDADE / PROBABILIDADE	BAIXA (1)	MÉDIA (2)	ALTA (3)
Baixa (1)	Risco trivial (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)
Média (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)
Alta (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)	Risco intolerável (6)

NÍVEL DE RISCO	AÇÃO
Trivial / Importância 2	Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável.
Tolerável / Importância 3	Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Moderado / Importância 4	Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e limitados. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato. Quando o risco moderado é associado a severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoadas, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Substancial / Importância 5	Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Intolerável / Importância 6	Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

**16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**


16.1. A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor valor negociado, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

**17. DA GARANTIA CONTRATUAL**

17.1. Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.



	<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 15 de 17	<b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b>
	<b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b>	

## 18. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

### 18.1. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1.1. O fornecedor detentor da melhor proposta deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
<p><b><u>QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:</u></b></p> <p>I - Cédula de identidade oficial, Cartão PIS/PASEP e Comprovante de residência, no caso de pessoa física;</p> <p>II - Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de sociedade empresária;</p> <p>III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;</p> <p>IV - Em se tratando de sociedades por ações e sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;</p> <p>V - Inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.</p> <p>§ 1º As provas de que tratam os incisos II, III e IV poderão ser feitas mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial.</p> <p>§ 2º No caso de sociedades não empresárias de que trata o inciso V, por certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.</p>
<p><b><u>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:</u></b></p> <p>I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);</p> <p>II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;</p> <p>III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;</p> <p>IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do LICITANTE;</p> <p>V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Mobiliários emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do fornecedor;</p> <p>VI - Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);</p> <p>VII - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.</p>
<p><b><u>ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:</u></b></p> <p>I - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.</p>

### 18.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO



**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

Página 16 de 17

**Identificação**  
**PB-GOM-013-21****OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC**

18.2.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, referente à Contratação:

**DOCUMENTO/CERTIDÃO**

Prova de registro ou inscrição, da empresa ou profissional, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da jurisdição da sede do licitante, indicando a sua competência para o exercício de atividades obrigatoriamente na área de Elétrica, Eletrônica, Controle e Automação ou Mecatrônica.

NOTA 01: O profissional, apresentado pela Empresa, deverá pertencer ao seu quadro, ou seja: Empregado (com cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrado na SRT ou, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social), Sócio (com cópia do Contrato Social devidamente registrado no órgão competente), Diretor (com cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima) ou profissional mediante a apresentação de Contrato de prestação de serviços com o Licitante.

NOTA 02: Tal profissional deverá ser o Responsável Técnico do Contrato, junto ao CREA. Para manutenção das condições de habilitação, esse profissional deverá permanecer na Empresa durante a execução de todo o objeto da Licitação, admitindo-se a sua substituição por outro profissional de qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela POTIGÁS.

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional de execução de serviços relacionados a Proteção Catódica e/ou automação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços similar ao objeto desta licitação em características, quantidades e prazos de execução.

NOTA: Este(s) atestado(s) deverá (ao) ser emitido(s) em papel timbrado, assinados pelo representante(s) legal (is) da(s) empresa(s) declarante(s), ou por quem detenha poderes através de procuração para representá-lo. A Comissão poderá diligenciar para confirmar a autenticidade da declaração e a qualidade de representante legal do signatário.


**18.3. DA VISITA TÉCNICA**

18.3.1. A **VISITA TÉCNICA é FACULTATIVA** e a licitante poderá realizá-la no local onde serão prestados os serviços objeto deste documento, até 1 (um) dia útil antes da data de abertura das propostas, devendo ser agendadas junto a área técnica demandante da **CONTRATANTE**, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), por intermédio do telefone (84) 3204-8500, nos dias úteis, de 8:30 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas.

18.3.2. A **VISITA TÉCNICA** representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características, especificações, condições especiais e/ou dificuldades que possam interferir na execução dos serviços, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. **Assim sendo, a licitante que venha a ser CONTRATADA, caso não tenha realizado a referida VISITA TÉCNICA, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.**

18.3.2.1. A licitante, que não realizar a **VISITA TÉCNICA**, não poderá alegar o desconhecimento de dificuldades, características ou obstáculos para a realização dos serviços, como justificativa para acréscimos de preços e prazos.

18.3.3. Caso a licitante realize a **VISITA TÉCNICA** a **Declaração de Vistoria** será expedida e assinada pela POTIGÁS, bem como assinada por representante legal da licitante que vistoriou as instalações, comprovando estar ciente das informações técnicas e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação,

	<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b> Página 17 de 17	<b>Identificação</b> <b>PB-GOM-013-21</b>
	<b>OBJETO: MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC</b>	

devendo a citada declaração ficar em poder da empresa interessada para apresentação juntamente com os documentos de Habilitação, quando da realização do respectivo Certame.

18.3.4. A vistoria deverá ser realizada por representante legal da licitante, admitida a delegação por procuração.

18.3.4.1. O Responsável Técnico ou Representante Legal da empresa interessada deverá apresentar-se munido de documento de identificação, bem como documento que comprove possuir poderes para representá-la.

18.3.5. A falta de apresentação da **Declaração de Vistoria** não se constitui motivo de desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante.

## **19. DOS ANEXOS**

19.1. Os documentos que ficam anexados ao presente Termo de Referência, assim enumerados:


19.1.1. ANEXO A - PB-GOM-013-21 - Especificação Técnica - MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC;

19.1.2. ANEXO B - PB-GOM-013-21 - Critérios de Medição - MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC;


19.1.3. ANEXO C - PB-GOM-013-21 - Planilha de Quantitativos e Preços (PPU) - MONITORAMENTO REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC;

Natal/RN, 19 de julho de 2021.

Elaboração:

  
\_\_\_\_\_  
Luis Arthur Almeida de Assis  
Eng. Jr

Revisão:

  
\_\_\_\_\_  
Aluisio Azevedo Neto  
Gerente Operação e Manutenção







ANEXO A - PB-GOM-013-21  
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - MONITORAMENTO  
REMOTO DOS RETIFICADORES DO SPC

GO&M

Página 1 de 7

ÍNDICE DE REVISÕES

REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS						
0	Emissão Original						
	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. F	REV. G
DATA	19/07/2021						
EXECUÇÃO	LAAA						
VERIFICAÇÃO	AAN						
APROVAÇÃO	SHGP						

A

LA

JP

# ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCS Nº 3-069-21

CNPJ: 28.054.272/0001-93

PROponente: LUIS ANTONIO TORRES URDANETA - (TTAC TTAUTOMATION)

GRUPO ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)
1	INSTALAÇÃO DE MONITORAMENTO REMOTO NOS RETIFICADORES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CATÓDICA DA POTIGÁS	VB	1	R\$49.800,00
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):				R\$49.800,00





**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 1 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 5-062-21, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA SSB – SELOS DE SEURANÇA DO BRASIL EIRELI.**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **SSB – SELOS DE SEURANÇA DO BRASIL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.560.391/0001-10, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto o fornecimento de LACRES DE SEGURANÇA PARA CONTROLE NAS ERPM'S E NOS CRM'S INSTALADAS NOS CLIENTES DA POTIGÁS, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação, para serviços e compras de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao **PCM nº 2-072-21**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos do processo de contratação de que trata o item anterior.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de "PO 2021/2022 – Despesas e Custos Operacionais - Item 1.2.4.1.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **12 (Doze) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

**5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:**

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$ 12.615,00 (Doze mil seiscentos e quinze reais)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.



**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 2 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

5.2 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos produtos serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

5.3 - Na elaboração da proposta foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

**6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:**

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO:**

7.1 - As condições para FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO estão estabelecidas TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

**8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

**9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.





**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 3 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

- i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;
- ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;
- iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;
- iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

**§ 1º** As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;





**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 5 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.



**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 6 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:**

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO estão estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:**

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:**

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

## **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:**

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.





**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 7 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

#### **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

17.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

17.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

#### **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:**

18.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, na Lei Federal nº 13.303/2016, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições



**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 8 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ANEXOS:**

19.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

**20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:**

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, 30 de Setembro de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

**Larissa Dantas Gentile**  
Diretora Presidente

**Sérgio Henrique Guimarães de Paula**  
Diretor Técnico e Comercial

**PELA CONTRATADA:**

**Luiz Roberto Barcellos Gonçalves**  
Representante Legal  
CPF/MF: 045.088.316-72

**TESTEMUNHAS:**

1ª -

**João Cabral de Macêdo Junior**  
CPF/MF: 77110170497

2ª -

**Hugo César da Rocha Ribeiro**  
CPF: 070.767.334-80





**CONTRATO Nº 5-062-21**

Página 9 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

**Aluisio Azevedo Neto**  
Gerente de Operação e Manutenção  
Gestor do **CONTRATO**

**Anderson Teodósio Costa**  
Técnico de Processos  
Primeiro Fiscal do **CONTRATO**

**Tuanny da Silva Barbosa**  
Técnica de Processos  
Segundo Fiscal do **CONTRATO**

 <p><b>POTIGÁS</b> COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</p>	<p align="center"><b>CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS</b> <b>CAS N° 8-063-21</b> Página 1 de 3</p>	<p><b>APROVAÇÃO:</b> O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.</p>
---	---	---

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)	<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> SANTOS E BARROS TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA – S&B TREINAMENTOS INDUSTRIAIS	<b>CNPJ:</b> 32.026.639/0001-32
<b>ENDEREÇO:</b> R. Júpiter, nº 133, Novo Cavaleiros, Macaé/RJ (CEP: 27.930-150)	<b>FONE:</b> (22) 2757-1277

**OBJETO:**  
Realização do Curso de ENCARREGADO DE PINTURA INDUSTRIAL, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.

<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>10 (dez) meses</b> , contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO PARA EXECUÇÃO:</b> O prazo para conclusão dos serviços será o período de <b>24 de agosto de 2021 a 24 de fevereiro de 2022</b> , data programada para execução do objeto do presente instrumento.	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$ 1.800,00</b> (um mil e oitocentos reais)
--	---	---

<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> 1) Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a <b>CONTRATADA</b> multa moratória de, <b>0,2% (dois décimos por cento)</b> do valor da parcela do objeto, emitida pela <b>CONTRATANTE</b> , por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela <b>CONTRATADA</b> no documento em questão. 2) A <b>CONTRATADA</b> pagará multa de <b>2% (dois por cento)</b> sobre o valor total do <b>CONTRATO</b> em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, que comprovadamente provoquem danos à <b>CONTRATANTE</b> , sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis. 3) As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.	<b>IMPOSTOS:</b> Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.  <b>CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:</b> Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
---	---

**RECURSOS FINANCEIROS:**  
Os recursos financeiros referentes as despesas decorrentes deste contrato são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, provenientes da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de **2021** desta Companhia, na conta “**PO 2021 – DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS – Item 2.1.3.1**”.

<b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b> Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total.	<b>MATRIZ DE RISCOS:</b> Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da <b>CONTRATADA</b> , já previstas no presente instrumento.
---	--

**CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO E DOS SERVIÇOS:**  
 1) Os pagamentos dos serviços objeto do presente contrato serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes (Nota Fiscal Eletrônica, fatura, dentre outros, conforme cada caso);  
 2) A **CONTRATADA** prestará os serviços objeto do presente contrato no local acordado com a **CONTRATANTE**.

**RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**  
 Cabe a **CONTRATADA**: **1) Responder** pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora. Confiando a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados. **2) Verificar** todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer. **3) Cumprir** as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor. **4) Preservar** e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores. **5) Não** divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**. **6) Responsabilizar-se** pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, bem como pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços.





**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS**

**CAS Nº 8-063-21**

Página 2 de 3

**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.

contratados. **7) Manter e fornecer**, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo. **8) Não empregar**, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente. **9) Fornecer** todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho. **10) Prover** seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho. **11) Responder** pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**. **12) Respeitar** as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**. **13) Realizar** o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**. **14) Prestar** os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços, executando-os em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

Cabe a **CONTRATANTE**: **1) Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**. **2) Efetuar** os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos. **3) Notificar** à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas. **4) Notificar**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa. **5) Exigir** o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. **6) Nomear** representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo. **7) Rejeitar**, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos. **8) Fornecer** os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**. **9) Efetuar** as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II, f, do Artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que possibilita **CONTRATAÇÃO DIRETA** do objeto deste contrato, referente a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como o **RILC da POTIGÁS**, estando vinculado ao processo de contratação **PCS Nº 3-080-21**, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o **RILC da POTIGÁS** e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).


Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

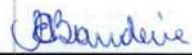
**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 01 (uma) via.

Natal/RN, 24 de agosto de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:

  
Larissa Dantas Gentile  
Diretora Presidente

  
Eliana de Menezes Bandeira  
Diretora Administrativa e Financeira

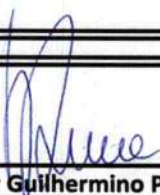





**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS**  
**CAS N° 8-063-21**  
Página 3 de 3

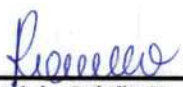
**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.


**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Wagner Guilherme Pereira**  
CPF/MF: 595.822.274-00

  
\_\_\_\_\_  
**Rodolpho Paulino de Almeida**  
CPF/MF: 113.990.444-27

**Pela FISCALIZAÇÃO:**

  
\_\_\_\_\_  
**Edaniela Galvão Ramalho**  
Gerente de Recursos Humanos  
Gestora do **CONTRATO**

  
\_\_\_\_\_  
**Fernanda Caroline Diniz de Medeiros**  
Fiscal do **CONTRATO**





**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-064-21**

Página 1 de 2

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)		<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)		<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> N L VARELA BACURAU		<b>CNPJ:</b> 27.068.921/0001-42
<b>ENDEREÇO:</b> Av Rui Barbosa, nº 1100, APT 101; Bloco A, Lagoa Nova, Natal/RN (CEP 59.056-300)		<b>FONE:</b> (84) 3025-5780
<b>OBJETO:</b> Prestação dos serviços de TAREFA PARA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA DA CONJUNTO DE REGULAGEM E MEDIÇÃO – CRM - DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PIRANGI, CLIENTE DA POTIGÁS, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.		
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>30 (trinta) dias corridos</b> contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO PARA CONCLUSÃO:</b> O prazo para conclusão dos serviços será de <b>30 (trinta) dias corridos</b> contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela <b>CONTRATADA</b> .	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$ 1.539,00 (um mil quinhentos e trinta e nove reais)</b>
<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> As sanções administrativas objeto do presente CONTRATO estão detalhadas no no Projeto Básico (Anexo I).	<b>IMPOSTOS:</b> Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.	<b>CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:</b> Os preços contratuais são fixos e irrevogáveis.
<b>RECURSOS FINANCEIROS:</b> Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste Contrato são oriundos de receita própria da <b>CONTRATANTE</b> , proveniente da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de <b>2021</b> da Companhia, na conta " <b>PO 2021 - Despesas e Custos Operacionais - item 3.2.11 (Política de incentivo ao uso do gás natural - Residencial e Comercial).</b> ".		<b>FORO:</b> Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
<b>CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO:</b> As condições e local de pagamento objeto do presente CONTRATO estão detalhadas no Projeto Básico (Anexo I).		
<b>CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS:</b> <b>1) A CONTRATADA</b> prestará os serviços objeto do presente contrato no entorno da CRM da Potigás, instalada no cliente Residencial Pirangi, sito à Rua Pastor Jerônimo Gueiros, 1286, Tirol, na cidade de Natal/RN, devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela Fiscalização da <b>CONTRATANTE</b> . <b>2) A CONTRATADA</b> deve garantir os serviços prestados à <b>CONTRATANTE</b> , responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste contrato, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.		
<b>RESPONSABILIDADES DAS PARTES:</b> As responsabilidades das partes estão detalhadas no Projeto Básico (Anexo I).		
<b>FISCALIZAÇÃO:</b> As sanções administrativas objeto do presente CONTRATO estão detalhadas no Projeto Básico (Anexo I).		
<b>RESCISÃO:</b> A <b>CONTRATANTE</b> poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela <b>CONTRATADA</b> , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.		
<b>VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:</b> O presente contrato tem como fundamento legal o <b>Inciso I do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016</b> , que considerada <b>Dispensável</b> a realização de licitação, bem como o <b>RILC da POTIGÁS</b> , estando vinculado ao processo de contratação <b>PCS Nº 3-054-21</b> , parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.		



**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-064-21**

Página 2 de 2

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

**MATRIZ DE RISCOS:**

Foram previstas no Projeto Básico anexado a este **CONTRATO (ANEXO I)** situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) A presente Carta de Autorização de Serviços se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

Natal/RN, 33 de setembro de 2021.Pela **CONTRATANTE**:**Larissa Dantas Gentile**  
Diretora Presidente**Sérgio Henrique Guimarães de Paula**  
Diretor Técnico e ComercialPela **CONTRATADA**:**NEWTON LUCAS VARELA BACURAU**

Representante Legal

**TESTEMUNHAS:****Emanuelle Karla Feitosa Soares**  
CPF/MF: 103.883.784-76**João Solon de Medeiros Júnior**  
CPF: 008.477.434-70**PELA FISCALIZAÇÃO:****José Augusto Dantas de Rezende**  
Gerente Técnico  
Gestor do **CONTRATO****Arthur Felix Coelho Azevedo**  
Primeiro Fiscal do **CONTRATO**



ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PCS Nº 3-054-21

CNPJ: 27.068.921/0001-42

PROponente: N L VARELA BACURAU (RENOVE JÁ)

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR TOTAL (R\$) (C) = (A) X (B)
1	TAREFA PARA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA DA CRM DO COND RES PIRANGI	M e KG	1	R\$1.539,00	R\$1.539,00
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):				R\$1.539,00	

# ANEXO 01 MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS



E0000-ET-E04-525-002

LEGENDA: L= Largura; C=Comprimento; H= Altura; E= Espessura; N= nº de repetições ou de unidades; A= Área; V= Volume; Pl= 3,1416; P= Peso em Kg; R= Ralo; VB = Verba

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS								
1	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1)- PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016								
	Locais:	Kg/m	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	LAJE DE COBERTURA E APOIO DE ALVENARIA		0,4	1,1	0,08		2	0,07	0,07
2	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015								
	Locais:	Kg/m	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	LAJE DE COBERTURA E APOIO DE ALVENARIA		0,4	1,1	0,08		2	0,07	0,07
3	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM A EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015								
	Locais:	Kg/m	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL + 10%
	LAJE DE COBERTURA E APOIO DE ALVENARIA	0,154		10,65			2	3,28	3,61
4	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM A EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015								
	Locais:	Kg/m	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL + 10%
	LAJE DE COBERTURA E APOIO DE ALVENARIA	0,395		3,15			2	2,49	2,74
5	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 (97625)								
	Locais:	VB	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	ALVENARIA INFERIOR			1,10	0,10	0,03	2,00	0,007	0,007
5	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014. (89168)								
	Locais:	VB	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	ALVENARIA INFERIOR			0,80	1,40			1,12	3,09
	ALVENARIA SUPERIOR			1,60	1,23			1,97	
6	CAPIÃO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VAZOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014								
	Locais:	VB	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	ALVENARIA INFERIOR			0,80	1,40			1,12	3,88
	CAPIÃO INFERIOR			0,30	1,40			0,42	
	ALVENARIA SUPERIOR			1,90	1,23			2,34	
7	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:6, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PAROS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VAZOS). ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014								
	Locais:	VB	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	ALVENARIA INFERIOR			0,80	1,40			1,12	3,88
	CAPIÃO INFERIOR			0,30	1,40			0,42	
	ALVENARIA SUPERIOR			1,90	1,23			2,34	
8	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta mineral em pó (Hidracor ou similar) (02322/ORSE)								
	Locais:	A	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	ALVENARIA INFERIOR			0,80	1,40			1,12	4,64
	CAPIÃO INFERIOR			0,30	1,40			0,42	
	ALVENARIA SUPERIOR			1,90	1,23			2,34	
	LAJE DE COBERTURA (LATERAL E FRENTE)			1,80	0,08			0,14	
	LAJE DE APOIO (LATERAL E FRENTE)			1,80	0,08			0,14	
	PINTURA DE LIMPEZA			0,80	0,60			0,48	
9	Impermeabilização com vedapren branco ou similar, para lajes, 06 demãos (04849/ORSE)								
	Locais:	A	L	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	LAJE DE COBERTURA		0,40	1,10				0,44	0,44



ANEXO VI  
ORÇAMENTO BÁSICO

DATA: 11/09/2021


## SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA ESPECIAL PARA ARMÁRIO DE CRM DO RESID. PIRANGI

## PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	SERVIÇOS	QTDE	COD SINAPI/ORSE/SEINFRA	UNID	VALOR UNITÁRIO S/ BDI	BDI	VALOR TOTAL
1	<b>ESTRUTURAS</b>						<b>R\$121,73</b>
101	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1)- PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	0,07	94963	m³	R\$323,63	25,27%	R\$28,38
102	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	0,07	92873	m³	R\$138,16	25,27%	R\$12,12
103	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM A EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	3,61	92784	kg	R\$10,79	25,27%	R\$48,77
104	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM A EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	2,74	92786	kg	R\$9,46	25,27%	R\$32,46
2	<b>DEMOLIÇÃO</b>						<b>R\$0,32</b>
201	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 (97625)	0,007	97625	m³	R\$36,30	25,27%	R\$0,32
3	<b>VEDAÇÃO</b>						<b>R\$381,96</b>
301	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014. (89168)	3,09	89168	m²	R\$60,78	25,27%	R\$235,27
302	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	3,88	87894	m²	R\$4,50	25,27%	R\$21,87
303	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	3,88	87792	m²	R\$25,68	25,27%	R\$124,82
4	<b>PINTURA</b>						<b>R\$58,88</b>
401	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta mineral em pó (Hidrator ou similar) (02322/ORSE)	4,64	02322/ORSE	m²	R\$10,13	25,27%	R\$58,88
5	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>						<b>R\$24,43</b>

[illegible]



		COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS		INSTR. CONVOCATÓRIO	
				CONCORRÊNCIA PÚBLICA	
				E0000-ET-E04-525-015	
				FOLHA Nº 1/1	
DETALHAMENTO DO BDI - Bonificação e Despesas Indiretas					
Licitação					
Execução dos serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, montagem, instalação e pré-operação de					
DESPESAS INDIRETAS	ITEM	COMPOSIÇÃO			TAXA %
	1	Administração Central Taxa de Administração Central			2,97%
	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - AC				2,97%
	2	Despesas Financeiras Taxa Selic Mensal = 1,05% Período entre desembolsos e recebimento : 40 dias = n $DF = \left( \left( 1 + \frac{11111}{111} \right)^{\frac{11}{11}} - 1 \right) \left( 1 + \frac{11111}{111} \right)^{\frac{1}{11}} - 1 \times 100$			1,25%
	DESPESAS FINANCEIRAS - DF				1,25%
	3	Seguros e Imprevistos Taxa de Seguros e Imprevistos			0,37%
	SEGUROS E IMPREVISTOS - SI				0,37%
LUCRO	4	Bonificação Taxa de Bonificação			7,00%
	BONIFICAÇÃO - B				7,00%
TRIBUTOS	5	Tributos CPRB PIS COFINS ISS (5% sobre a mão de obra - 50% do valor do serviço)			4,50%
					0,65%
					3,00%
					2,50%
TRIBUTOS - T				10,65%	
TOTAL BDI (%)				25,27%	
Segundo Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, o cálculo do BDI deve ser feito da seguinte maneira:					
$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} - 1$				DATA:	14/05/2018
<p>* Como a legislação do Município exclui os materiais do cálculo do ISS. Como o ISS é de 5%, foi adotado 50% de 5% ou seja 2,50%</p> <p>AC → Administração Central S → Seguro R → Riscos G → Garantia DF → Despesas Financeiras L → Taxa de Lucro/Remuneração I → Incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)</p>					

**PROJETO BÁSICO**

Página 1 de 14

**Identificação****PB 03.31****OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA  
PARA A CRM DO RES PIRANGI****ÍNDICE DE REVISÕES**

Revisão	Item		Alteração					
0								
A								
B								
	Original	Rev. A	Rev. B	Rev. C	Rev. D	Rev. E	Rev. F	Rev. G
Data	10/06/21							
Elaboração	JADR							
Verificação	JADR							
Aprovação	JADR							



	<b>PROJETO BÁSICO</b> Página 2 de 14	<b>Identificação</b> <b>PB 03.31</b>
	<b>OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI</b>	

#### **1 - DO OBJETO**

1.1 - O presente Projeto Básico tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE TAREFA PARA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA DA CRM DO COND RES PIRANGI

#### **2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da CONTRATANTE, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2020/2021, na conta: "PO 2021 - Despesas e Custos Operacionais - item 3.2.11 (Política de incentivo ao uso do gás natural - Residencial e Comercial).".

#### **3 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016 e legislações correlatas.

#### **4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1 - A contratação dar-se-á no regime de execução por TAREFA, conforme art. 42, inciso III, da Lei nº 13.303/2016.

4.2 – Entende-se por TAREFA: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por PREÇO CERTO, com ou sem fornecimento de material. O regime de Tarefa é aquele em que a execução de pequenas obras ou de parte de uma obra é ajustada por preço certo.

#### **5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de MENOR PREÇO GLOBAL E CERTO.

5.2 – Ou seja, o preço a ser praticado pe fixo e irreeajustável para a execução integral da obra

#### **6 - DO MEMORIAL DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS**

6.1 – Memória de cálculo conforme anexo

6.2 – Orçamento Básico:

**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI**

ITEM	SERVIÇOS	QTDE	COD SINAPI/ORSE/SEINFRA	UNID	VALOR UNITÁRIO S/ BDI	BDI	VALOR TOTAL
<b>1</b>	<b>ESTRUTURAS</b>						<b>R\$121,73</b>
101	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1)- PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	0,07	94963	m³	R\$323,63	25,27%	R\$28,38
102	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	0,07	92873	m³	R\$138,16	25,27%	R\$12,12
103	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERRELA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	3,61	92784	kg	R\$10,79	25,27%	R\$48,77
104	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERRELA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	2,74	92786	kg	R\$9,46	25,27%	R\$32,46
<b>2</b>	<b>DEMOLIÇÃO</b>						<b>R\$0,32</b>
201	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 (97625)	0,007	97625	m³	R\$36,30	25,27%	R\$0,32
<b>3</b>	<b>VEDAÇÃO</b>						<b>R\$381,96</b>
301	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014. (89168)	3,09	89168	m²	R\$60,78	25,27%	R\$235,27
302	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	3,88	87894	m²	R\$4,50	25,27%	R\$21,87
303	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	3,88	87792	m²	R\$25,68	25,27%	R\$124,82
<b>4</b>	<b>PINTURA</b>						<b>R\$58,88</b>
401	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta mineral em pó (hidracor ou similar) (02322/ORSE)	4,64	02322/ORSE	m²	R\$10,13	25,27%	R\$58,88
<b>5</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>						<b>R\$24,43</b>
501	Impermeabilização com vedapren branco ou similar, para lajes, 06 demãos (04849/ORSE)	0,44	04849/ORSE	m²	R\$44,33	25,27%	R\$24,43
<b>6</b>	<b>DIVERSOS</b>						<b>R\$375,81</b>
601	CUSTOS DIVERSOS	1,00	CREA/RN	VB	R\$300,00	25,27%	R\$375,81
						<b>TOTAL</b>	<b>R\$963,13</b>

Custo total estimado de R\$ 963,13 (novecentos e sessenta e três reais e três centavos)

**7 - DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: Execução de cobertura e alvenaria para o cliente Cond Res Pirangi, incluindo:

- Execução de alvenaria na lateral da CRM da Potigás existente.
- Execução de lajes apoiadas por paredes a construir
- Execução de alvenaria de fechamento na parte frontal superior da CRM
- Chapisco e reboco do conjunto
- Pintura com tinta em mineral em pó (hidracor ou similar)
- Limpeza geral após a obra

Segue o croqui da estrutura a ser construída:

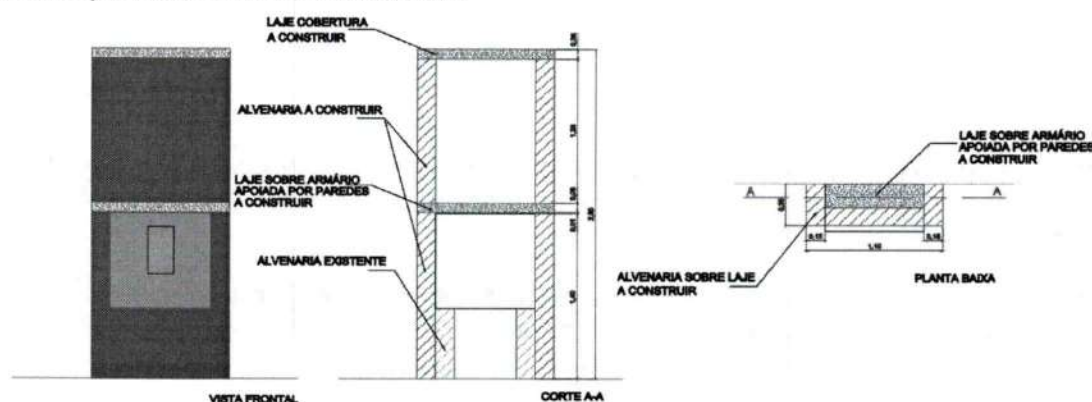


Figura 01 – Croqui da estrutura a ser realizada.





**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI**

**7.2. O local onde a obra será executada é no entorno da CRM da Potigás instalada no cliente Residencial Pirangi, sito à Rua Pastor Jerônimo Gueiros, 1286, Tirol, na cidade de Natal/RN.**

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes neste documento (**Anexo 1 do CONTRATO**):

8.1.1 - Fornecer todos os materiais e ferramentas para as obras civis objeto do contrato, tais como: cimento, ferro, aço, tinta hidrator, formas (de madeirite ou plástica), tijolos, areia, barro, selantes, aditivos, cal e todo e qualquer outro necessário

8.1.2 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.3 - Confiar a execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.4 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.5 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.6 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.7 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.8 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.9 - Cumprir as determinações contidas no presente **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.10 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

8.1.11 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.12 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.13 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.



**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA  
PARA A CRM DO RES PIRANGI**

8.1.14 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do presente **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como enviar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.15 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.16 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no presente **CONTRATO**.

8.1.17 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.18 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.19 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontrados pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.19.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.20 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do presente **CONTRATO**.

8.1.21 - Respeitar as Normas Reguladoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.22 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.22.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.23 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.24 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes neste documento (**Anexo I do CONTRATO**):

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.





**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI**

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Permitir aos empregados da **CONTRATADA** livre acesso às dependências da **CONTRATANTE**, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelo setor competente.

8.2.9 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.10 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

## **9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 – Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3 - Os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.

9.1.3.1 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.3.1.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.3.1.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**,



	<b>PROJETO BÁSICO</b> Página 7 de 14	<b>Identificação</b> <b>PB 03.31</b>
	<b>OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI</b>	

verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas neste **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas neste instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** é reservado o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA de 2%** (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS de 0,20%** (dois décimos por cento), até o limite de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9.8 - Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) do **CONTRATO**.

9.9 - Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrado no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.

9.10 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos a **CONTRATADA**:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento do **CONTRATO**;





**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA  
PARA A CRM DO RES PIRANGI**

- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

## **10 - DA VIGÊNCIA**

10.1 - A vigência do(s) **CONTRATO(s)** será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

## **11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

11.1 – Os preços do contrato são fixos e irreajustáveis.

## **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

- I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;
- III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e
- IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:



**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA  
PARA A CRM DO RES PIRANGI**

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;

IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA  
PARA A CRM DO RES PIRANGI**

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

### **13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os citados serviços, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante no local da execução dos serviços, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da Fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas neste **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.



**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI**

13.9 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.10 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.11 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes neste documento, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.12 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.13 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.14 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** do **CONTRATO** ficam automaticamente designados neste documento, conforme **ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO** descritas no presente instrumento contratual, no **CAPÍTULO VIII** do **RILC** da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

#### **14 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO**

15.1 - A medição se dará da seguinte forma:

- Metade (50%) do valor total do contrato após a assinatura do contrato e realização da reunião de planejamento dos serviços.
- Metade (50%) do valor total do contrato após a conclusão dos serviços e aprovação pela fiscalização.

14.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 8.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

#### **15 - DA MATRIZ DE RISCOS**

15.1 - Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao **CONTRATO** vinculado a este Projeto Básico os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo **CONTRATO**, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

15.1.1 - A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do **CONTRATO**, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:

Tipo de risco	Motivo	Severidade	Probabilidade	Risco	Ações Mitigadoras	Resp. da CONTRATADA	Resp.do CONTRATANTE
Aumento no custo da mão de obra	Reajustes salariais para recomposição da inflação; Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) para a categoria	1	3	4	Acompanhar a política de reajuste salarial publicada pelo governo e o ACT da categoria		X
Aumento no custo de materiais	Reajustes de preços de fornecedores materiais e equipamentos	1	2	3	Acompanhar a flutuação de preços praticados por	X	



**OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI**

					fornecedores		
Custos por ações judiciais movidas por terceiros	Ações judiciais movidas por terceiros por questões trabalhistas, previdenciárias e outras	2	1	3	Manter-se adequado às normas que regem as atividades trabalhistas, previdenciárias, civis e outras	X	
Paralisação injustificada do serviço	Não atendimento aos padrões e normas que regem o setor	3	1	4	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Aplicação de sanções por órgãos de fiscalização	Não observação de normas e procedimentos, que implique sanções por órgãos de fiscalização	2	1	3	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Atraso no pagamento do Boletim de Medição	Ausência de fiscal substituto; Problemas no fluxo de caixa da POTIGÁS	2	2	4	Nomear o fiscal substituto, gerente do contrato e acompanhar o fluxo de caixa		X
Acidente de trabalho pela equipe de execução	Não observação de normas e procedimentos de segurança	2	3	5	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Acidente com danos materiais a terceiros	Não observação de normas e procedimentos	2	2	4	Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor	X	
Atraso para atendimento aos clientes	Falta ou falha na programação do planejamento de atendimento aos chamados dos clientes	3	3	6	Manter atualizados o planejamento dos atendimentos em conjunto com a Fiscalização do contrato	X	
Falta de matérias e insumos	Falta ou falha no planejamento de estoques	1	2	3	Manter atualizado o planejamento da execução dos ramais de interligação x estoque em conjunto com a Fiscalização do contrato	X	
Aumento do custo por	Falha de equipamentos, material ou inobservância	1	3	4	Adotar procedimentos	X	

	<b>PROJETO BÁSICO</b> Página 13 de 14		<b>Identificação</b> <b>PB 03.31</b>
	<b>OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI</b>		

retrabalho	de procedimentos				e manter-se adequado às normas que regem o setor		
------------	------------------	--	--	--	--	--	--

SEVERIDADE / PROBABILIDADE	BAIXA (1)	MÉDIA (2)	ALTA (3)
Baixa (1)	Risco trivial (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)
Média (2)	Risco tolerado (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)
Alta (3)	Risco moderado (4)	Risco substancial (5)	Risco intolerável (6)

NÍVEL DE RISCO	AÇÃO
Trivial / Importância 2	Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável.
Tolerável / Importância 3	Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Moderado / Importância 4	Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e limitados. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato. Quando o risco moderado é associado a severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoadas, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Substancial / Importância 5	Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.
Intolerável / Importância 6	Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco.

## 16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor valor negociado, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

## 17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - A CONTRATADA, de acordo com o disposto no art. 70 da Lei Federal nº13.303/2016 e no RILC da POTIGÁS, ESTARÁ DISPENSADA de prestar garantia contratual.

## 18 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

### 18.1 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA



	<b>PROJETO BÁSICO</b> Página 14 de 14	<b>Identificação</b> <b>PB 03.31</b>
	<b>OBJETO: TAREFA DE CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA E COBERTURA PARA A CRM DO RES PIRANGI</b>	

A Empresa CONTRATANTE deverá comprovar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnico-operacional ou através de informações, referências ou fotos de serviços similares executados;

## 18.2 - DA VISITA TÉCNICA

18.2.1 - A VISITA TÉCNICA é FACULTATIVA e a CONTRATANTE poderá realizá-la no local onde serão prestados os serviços mediante agendamento junto à gerência técnica **CONTRATANTE**, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), por intermédio do telefone (84) 3204-8500, nos dias úteis, de 8:30 às 11:00 horas .

18.2.2 - A VISITA TÉCNICA representará a oportunidade para as CONTRATANTES interessadas conhecerem as características, especificações, condições especiais e/ou dificuldades que possam interferir na execução dos serviços, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. **Assim sendo, a CONTRATANTE que venha a ser CONTRATADA, caso não tenha realizado a referida VISITA TÉCNICA, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.**

18.2.2.1 - A CONTRATANTE, que não realizar a VISITA TÉCNICA, não poderá alegar o desconhecimento de dificuldades, características ou obstáculos para a realização dos serviços, como justificativa para acréscimos de preços e prazos.

## 19 - DOS ANEXOS

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente PROJETO BÁSICO, assim enumerados:

Anexo 01 – Memorial de quantitativos

Natal/RN, 10 de JUNHO de 2021.

Elaboração:

Revisão:

\_\_\_\_\_  
**ARTHUR FELIX COELHO**  
 Engenheiro

\_\_\_\_\_  
**José Augusto Dantas de Rezende**  
 Gerente da GTEC



**CONTRATO Nº 5-066-21**

Página 1 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 5-066-21,  
QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS  
(POTIGÁS) E A EMPRESA API SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **API SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, com Sede na Rua Dona Elza Meinert, 68, Costa e Silva, Joinville/SC, CEP 89.218-650, inscrita no CNPJ sob o nº 09.942.074/0001-11, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação dos serviços de manutenção do Sistema de Proteção Catódica, localizado na ERP Velhinho, Macaíba/RN, no Estado do Rio Grande do Norte, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:**

2.1 - O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso III do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, bem como para suas respectivas subsidiárias, desde que mantidas as condições preestabelecidas, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao **PCS nº 3-077-21**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos do processo de contratação de que trata o item anterior.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021, na conta: **"PO 2021 - Despesas e Custos Operacionais - Item 1.2.1.12 e Item 1.2.4.12"**.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

**5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:**

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





**CONTRATO Nº 5-066-21**

Página 2 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$195.900,01 (cento e noventa e cinco mil e novecentos reais e um centavo)**, conforme Planilha de Preços (anexo deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

5.1.1 - Os valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** serão aqueles resultantes da aplicação dos preços unitários constantes na Planilha de Preços, sobre as quantidades dos serviços que forem efetivamente executados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

5.2 - Na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA** foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

5.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO** estão garantidos no plano orçamentário da **CONTRATANTE**.

5.4 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos serviços serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:**

6.1 - As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.1 - Os serviços a que se refere a Cláusula Primeira (Objeto) deverão ser executados em conformidade com o disposto neste **CONTRATO** e seus anexos, por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pois se trata de contratação por preço certo de unidades determinadas.

7.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente ao presente **CONTRATO** e aos seus anexos.

7.2.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos supramencionados serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**, por seu representante credenciado junto à **CONTRATADA**.

7.2.2 - A **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, seja Representante Legal ou quaisquer outros.

7.3 - O recebimento e aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

7.4 - A **CONTRATADA** deve garantir os serviços prestados à **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.



  
**CONTRATO Nº 5-066-21**

Página 3 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

7.5 - O modo de execução dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**, estão detalhados nos documentos anexado a este instrumento contratual.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

#### **9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

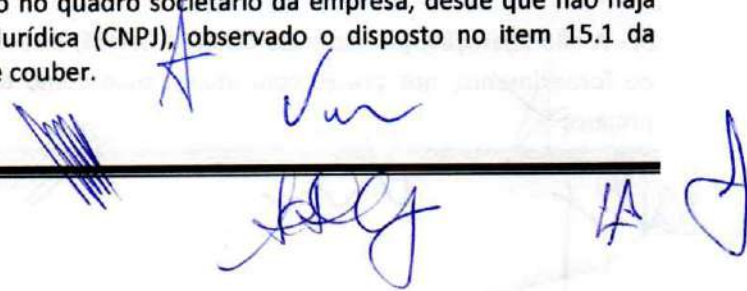
10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.





**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente **CONTRATO** foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

10.4 - Se necessária uma determinada alteração, será adicionada a seguinte **CLÁUSULA DE QUITAÇÃO** ao Aditamento Contratual:

10.4.1 - A **CONTRATADA** dá à **CONTRATANTE**, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todos os seus direitos correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente data, relativos ao **CONTRATO** em questão, ressalvados os requerimentos já protocolizados perante a administração e pendentes de análise, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, com fundamento no contrato ora aditado, em juízo ou fora dele.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

- i. Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;
- ii. Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;
- iii. Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;
- iv. Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;



**CONTRATO Nº 5-066-21**

Página 5 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos



administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).


## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:**

13.1 - O GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidos no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste **CONTRATO**).

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:**





 <b>CONTRATO Nº 5-066-21</b> Página 7 de 9	<b>VISTO</b> Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.
---	---

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:**

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:**

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Projeto Básico (Anexo I deste **CONTRATO**).

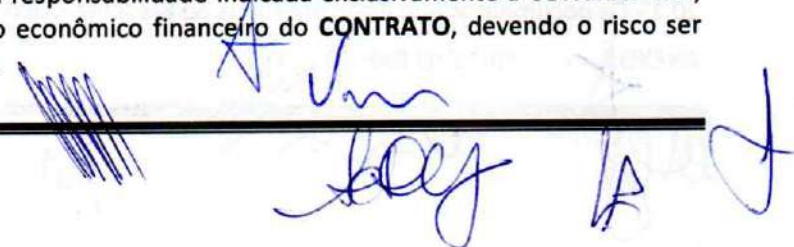
16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.





16.3 - As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

#### **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:**

17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

#### **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

18.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

18.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

#### **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:**

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, na **Lei Federal nº 13.303/2016**, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ANEXOS:**

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO - PROJETO BÁSICO





**CONTRATO Nº 5-066-21**

Página 9 de 9

**VISTO**

Conforme Parecer Jurídico prévio, o presente CONTRATO foi previamente examinado e aprovado, estando em conformidade com as exigências da Legislação em vigor.

ANEXO A - PB-GOM-009-21 - Especificação Técnica - MANUTENÇÃO NO SPC – VELHINHO  
 ANEXO B - PB-GOM-009-21 - Critérios de Medição - MANUTENÇÃO NO SPC – VELHINHO  
 ANEXO C - PB-GOM-009-21 - Planilha de Quantitativos e Preços (PPU) - MANUTENÇÃO NO SPC – VELHINHO  
 ANEXO D - PB-GOM-009-21 - DIRETRIZES DE SMS  
 ANEXO D - PB-GOM-009-21 - DIRETRIZES DE SMS - Anexo 1.1. Tabela de documentos a serem apresentados  
 ANEXO D - PB-GOM-009-21 - DIRETRIZES DE SMS - Anexo 1.2 Planilha de Análise Preliminar de Risco – APR

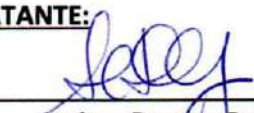
**21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

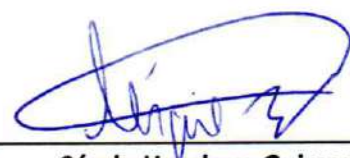
21.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.


Natal/RN, 15 de setembro de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

  
 Larissa Dantas Gentile  
 Diretora Presidente

  
 Sérgio Henrique Guimarães de Paula  
 Diretor Técnico e Comercial

**PELA CONTRATADA:**


  
 Marcelo Ramos  
 Responsável Legal  
 CPF/MF: 948.934.709-49

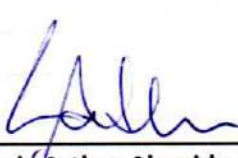
**TESTEMUNHAS:**

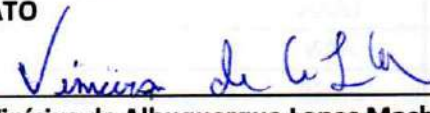
1ª -   
 Ricardo Wagner Guilhermino Pereira  
 CPF/MF: 595.822.274-00

2ª -   
 Hugo César da Rocha Ribeiro  
 CPF/MF: 070.767.334-80

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

  
 Aluísio Azevedo Neto  
 Gerente de Operação e Manutenção  
 Gestor do **CONTRATO**

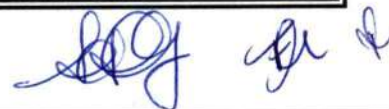
  
 Luis Arthur Almeida de Assis  
 Engenheiro  
 Primeiro Fiscal do **CONTRATO**

  
 Vinícius de Albuquerque Lopes Machado  
 Técnico de Processos  
 Segundo Fiscal do **CONTRATO**



 <p><b>POTIGÁS</b> COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</p>	<p align="center"><b>MINUTA PADRÃO DE CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS</b> <b>CAS Nº 8-067-21</b> Página 1 de 3</p>	<p><b>APROVAÇÃO:</b> O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.</p>
---	--	---

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)		<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)		<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> CENOFISCO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA		<b>CNPJ:</b> 07.799.454/0001-13
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Paulista, nº 1337, andar 15 conj 152, Bela Vista, São Paulo/SP (CEP: 01.311-200)		<b>FONE:</b> (11) 4862-0484
<b>OBJETO:</b> Realização do Curso <b>RETENÇÕES TRIBUTÁVEIS NA FONTE: IR, INSS, ISS, PIS, COFINS E CSLL</b> , conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.		
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>03 (três) meses</b> , contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO PARA EXECUÇÃO:</b> O prazo para conclusão dos serviços será o período em <b>23 e 24 de setembro de 2021</b> , data programada para execução do objeto do presente instrumento.	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$ 1.500,00</b> (um mil e quinhentos reais)
<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> 1) Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a <b>CONTRATADA</b> multa moratória de, <b>0,2% (dois décimos por cento)</b> do valor da parcela do objeto, emitida pela <b>CONTRATANTE</b> , por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela <b>CONTRATADA</b> no documento em questão. 2) A <b>CONTRATADA</b> pagará multa de <b>2% (dois por cento)</b> sobre o valor total do <b>CONTRATO</b> em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, que comprovadamente provoquem danos à <b>CONTRATANTE</b> , sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis. 3) As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.		<b>IMPOSTOS:</b> Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.  <b>CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:</b> Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
<b>RECURSOS FINANCEIROS:</b> Os recursos financeiros referentes as despesas decorrentes deste contrato são oriundos de receita própria da <b>CONTRATANTE</b> , provenientes da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de <b>2021</b> desta Companhia, na conta " <b>PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.1.3.1</b> ".		
<b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b> Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total.	<b>MATRIZ DE RISCOS:</b> Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da <b>CONTRATADA</b> , já previstas no presente instrumento.	
<b>CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO E DOS SERVIÇOS:</b> 1) Os pagamentos dos serviços objeto do presente contrato serão efetuados pela <b>CONTRATANTE</b> à <b>CONTRATADA</b> por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela <b>CONTRATADA</b> ou por intermédio de boleto bancário, <b>20 (vinte) dias corridos</b> após o recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes (Nota Fiscal Eletrônica, fatura, dentre outros, conforme cada caso); 2) A <b>CONTRATADA</b> prestará os serviços objeto do presente contrato no local acordado com a <b>CONTRATANTE</b> .		
<b>RESPONSABILIDADES DAS PARTES:</b> Cabe a <b>CONTRATADA</b> : <b>1) Responder</b> pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora. Confiando a execução dos serviços objeto do <b>CONTRATO</b> a profissionais idôneos e devidamente habilitados. <b>2) Verificar</b> todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à <b>CONTRATANTE</b> sobre eventuais omissões que venham a ocorrer. <b>3) Cumprir</b> as determinações contidas no <b>CONTRATO</b> e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor. <b>4) Preservar</b> e manter a <b>CONTRATANTE</b> a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores. <b>5) Não divulgar</b> e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da <b>CONTRATANTE</b> . <b>6) Responsabilizar-se</b> pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à <b>CONTRATANTE</b> ou a		







**MINUTA PADRÃO DE  
CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS  
CAS Nº 8-067-21**

Página 2 de 3

**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.

terceiros, bem como pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados. **7) Manter e fornecer**, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo. **8) Não** empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente. **9) Fornecer** todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho. **10) Prover** seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho. **11) Responder** pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**. **12) Respeitar** as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**. **13) Realizar** o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**. **14) Prestar** os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços, executando-os em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

Cabe a **CONTRATANTE**: **1) Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**. **2) Efetuar** os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos. **3) Notificar** à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas. **4) Notificar**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa. **5) Exigir** o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. **6) Nomear** representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo. **7) Rejeitar**, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos. **8) Fornecer** os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**. **9) Efetuar** as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II, f, do Artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que possibilita **CONTRATAÇÃO DIRETA** do objeto deste contrato, referente a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como o **RILC da POTIGÁS**, estando vinculado ao processo de contratação **PCS Nº 3-084-21**, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.


**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 01 (uma) via.

Natal/RN, 27 de agosto de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:

  
Larissa Dantas Gentile  
Diretora Presidente

  
Eliana de Menezes Bandeira  
Diretora Administrativa e Financeira

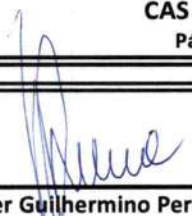


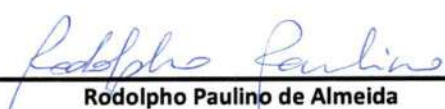


**MINUTA PADRÃO DE  
CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS**  
**CAS N° 8-067-21**  
Página 3 de 3


**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.


**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Wagner Guilherme Pereira**  
CPF/MF: 595.822.274-00

  
\_\_\_\_\_  
**Rodolpho Paulino de Almeida**  
CPF/MF: 113.990.444-27

**Pela FISCALIZAÇÃO:**

  
\_\_\_\_\_  
**Edaniela Galvão Ramalho**  
Gerente de Recursos Humanos  
Gestora do **CONTRATO**

  
\_\_\_\_\_  
**Fernanda Caroline Diniz de Medeiros**  
Fiscal do **CONTRATO**



	<p align="center"><b>CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS</b></p> <p align="center"><b>CAS Nº 8-068-21</b></p> <p align="center">Página 1 de 3</p>	<p><b>APROVAÇÃO:</b> O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.</p>
---	---	---

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)	<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> CENOFISCO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA	<b>CNPJ:</b> 07.799.454/0001-13
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Paulista, nº 1337, Andar 15, Conj. 152, Bela Vista, São Paulo/SP (CEP 01.311-200)	<b>FONE:</b> (11) 4862-0447

**OBJETO:**  
Inscrição de 01 (um) colaborador da POTIGÁS no Curso de Treinamento em Faturamento - Emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) - Regras Para Emissão e Recepção, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.

<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>30 (sessenta) dias corridos</b> , contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO PARA EXECUÇÃO:</b> O prazo para conclusão dos serviços será o período de <b>23 de setembro de 2021</b> , data programada para execução do objeto do presente instrumento.	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$497,50</b> (quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)
---	---	---

<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> 1) Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a <b>CONTRATADA</b> multa moratória de, <b>0,2% (dois décimos por cento)</b> do valor da parcela do objeto, emitida pela <b>CONTRATANTE</b> , por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela <b>CONTRATADA</b> no documento em questão. 2) A <b>CONTRATADA</b> pagará multa de <b>2% (dois por cento)</b> sobre o valor total do <b>CONTRATO</b> em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, que comprovadamente provoquem danos à <b>CONTRATANTE</b> , sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis. 3) As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.	<b>IMPOSTOS:</b> Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.  <b>CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:</b> Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
---	---

**RECURSOS FINANCEIROS:**  
Os recursos financeiros referentes as despesas decorrentes deste contrato são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, provenientes da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de **2021** desta Companhia, na conta “**PO 2021 - Despesas e Custos Operacionais - Item 2.1.3.1**”.

<b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b> Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total.	<b>MATRIZ DE RISCOS:</b> Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da <b>CONTRATADA</b> , já previstas no presente instrumento.
---	--

**CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO E DOS SERVIÇOS:**  
 1) Os pagamentos dos serviços objeto do presente contrato serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes (Nota Fiscal Eletrônica, fatura, dentre outros, conforme cada caso);  
 2) A **CONTRATADA** prestará os serviços objeto do presente contrato no local acordado com a **CONTRATANTE**.

**RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**  
 Cabe a **CONTRATADA**: **1) Responder** pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora. Confiando a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados. **2) Verificar** todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer. **3) Cumprir** as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor. **4) Preservar** e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores. **5) Não divulgar** e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**. **6) Responsabilizar-se** pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a





**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS**  
**CAS N° 8-068-21**  
Página 2 de 3

**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.

terceiros, bem como pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados. **7) Manter e fornecer**, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo. **8) Não empregar**, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente. **9) Fornecer** todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho. **10) Prover** seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho. **11) Responder** pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**. **12) Respeitar** as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**. **13) Realizar** o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**. **14) Prestar** os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços, executando-os em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

Cabe a **CONTRATANTE**: **1) Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**. **2) Efetuar** os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos. **3) Notificar** à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas. **4) Notificar**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa. **5) Exigir** o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. **6) Nomear** representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo. **7) Rejeitar**, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos. **8) Fornecer** os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**. **9) Efetuar** as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II, f, do Artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que possibilita **CONTRATAÇÃO DIRETA** do objeto deste contrato, referente a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como o **RILC da POTIGÁS**, estando vinculado ao processo de contratação **PCS Nº 3-085-21**, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).


Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.


**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 01 (uma) via.

Natal/RN, 10 de setembro de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:

  
Larissa Dantas Gentile  
Diretora Presidente

  
Eliana de Menezes Bandeira  
Diretora Administrativa e Financeira





**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS**  
**CAS N° 8-068-21**  
Página 3 de 3

**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.

**TESTEMUNHAS:**



**Emanuelle Karla Feitosa Soares:**  
CPF/MF: 103.883.784-76



**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira:**  
CPF/MF: 595.822.274-00

**Pela FISCALIZAÇÃO:**




**Edaniela Galvão Ramalho**  
Gerente de Recursos Humanos  
Gestora do CONTRATO



**Fernanda Caroline Diniz de Medeiros**  
Fiscal Titular do CONTRATO



 <b>POTIGÁS</b> <small>Companhia Potiguar de Gás S.A.</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 1 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	---	---

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS)	<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> ESEG TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	<b>CNPJ:</b> 25.040.143/0001-58
<b>ENDEREÇO:</b> RUA PROFESSOR MANOEL VILAR, 13, QUADRA 13, BLOCO B, CAPIM MACIO, NATAL/RN, CEP 59.078-470	<b>FONE:</b> (84) 3013-3030 / (84) 98824-6790

**OBJETO:**

Fornecimento de **SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA**, para instalação na Sede e no Parque de Armazenamento de Material da POTIGÁS, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.

<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>12 (meses)</b> meses contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO DE FORNECIMENTO:</b> O prazo máximo para fornecimento e instalação do sistema de câmeras de segurança é de <b>60 (sessenta) dias corridos</b> contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela <b>CONTRATADA</b> .	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$49.850,00 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais)</b>
--	--	--

**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

As **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** estão previstas no Termo de Referência em anexo.

**IMPOSTOS:**

Todos os impostos, frete e taxas estão inclusos no preço total.

**CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:**

Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.

**RECURSOS FINANCEIROS:**

Os recursos financeiros ao atendimento deste **CONTRATO** são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021 da Companhia, na conta "PO 2021 - Investimentos - item 2.1.2 (GGÁS)".

**FORO:**

Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

**CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:**

**CIF - Natal/RN.** A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em dias úteis, nos horários das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas, na Sede da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) - na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o objeto ser recebido e conferido pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** e atestado pelo setor competente.

**CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

As **CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO** estão previstas no Termo de Referência em anexo.

**RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

As **RESPONSABILIDADES DAS PARTES** estão previstas no Termo de Referência em anexo.

**FISCALIZAÇÃO:**

A **FISCALIZAÇÃO** do objeto ora contratado será realizada pelos profissionais pertencente ao quadro da **CONTRATANTE**, infra-assinados, com poderes para verificar o fiel cumprimento das disposições contidas no presente Contrato, obrigando-se a **CONTRATADA** a facilitar o pleno desempenho de suas atribuições. A **FISCALIZAÇÃO** terá os mais amplos poderes necessários ao exercício de suas atribuições fiscalizadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, não exime a **CONTRATADA** da total responsabilidade pelo fornecimento dos materiais/equipamentos ora contratados. O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** deste contrato que subscreverem ficam automaticamente designados.

**RESCISÃO:**

A **CONTRATANTE** poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela **CONTRATADA**, de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.







**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 2 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que considerada **Dispensável** a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS, estando vinculado ao processo de contratação nº PCM Nº 2-056-21, que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**MATRIZ DE RISCOS:**

Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da **CONTRATADA**, já previstas no presente instrumento.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) A presente Autorização de Fornecimento (AF) se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:  
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU



Natal/RN, 27 de setembro de 2021.

**Pela CONTRATANTE:****Larissa Dantas Gentile**  
Diretora Presidente**Eliana de Menezes Bandeira**  
Diretora Administrativa e Financeira**Pela CONTRATADA:****Saulo Araújo Medeiros**  
Procurador  
CPF/MF: 048.129.194-60**TESTEMUNHAS:****Hugo César da Rocha Ribeiro**  
CPF: 070.767.334-80**João Cabral de Macêdo Junior**  
CPF: 771.101.704-97



 <b>POTIGÁS</b> <small>TRANSPORTES - GÁS DE GÁS</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 3 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	---	--

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

 <b>Ricardo Wagner Guilhermino Pereira</b> Gerente Administrativo e de Suprimentos Gestor do <b>CONTRATO</b>	<b>Fábio Ronaldo Barbosa Vilar de Queiroz</b> Fiscal Técnico do <b>CONTRATO</b>
 <b>João Solon de Medeiros Júnior</b> Técnico Administrativo Primeiro Fiscal do <b>CONTRATO</b>	

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de CÂMERAS DE SEGURANÇA, com instalação, na Sede da POTIGÁS e na Central de Estoque desta Companhia, no Centro Industrial Avançado (CIA), em Macaíba/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 - O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de BENS E SERVIÇOS COMUNS, de que tratam a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Estadual nº 20.103/2007 e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade, usualmente encontrados no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade PREGÃO.

#### 2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2021, na conta: “**PO 2021 - Investimentos – item 2.1.2**”.

#### 3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006.

3.2 - **LEGISLAÇÃO DO PREGÃO** - Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual do RN nº 20.103, de 19 de outubro de 2007, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e legislações correlatas.

#### 4 - DO REGIME DE FORNECIMENTO

4.1 - O regime de fornecimento da presente contratação será o **FORNECIMENTO INTEGRAL** dos materiais, a partir da emissão da AF (Autorização de Fornecimento).

#### 5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**.





**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)**  
**Nº 6-070-21**  
Página 4 de 40

VISTO  
O presente instrumento foi previamente analisado e  
está de acordo com a legislação vigente.

**6 - DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS**

**6.1 - QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS:**

6.1.1 - Será adquirida a seguinte quantidade de materiais:

**GRUPO/LOTE 1 - SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO IP (SEDE - NATAL/RN)**

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE
1	1	SOFTWARE SERVIDOR DE VÍDEO MONITORAMENTO (VMS)	Unid.	01
	2	CÂMERA IP	Unid.	22
	3	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	Unid.	01

**GRUPO/LOTE 2 - SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO IP (FILIAL - MACAÍBA/RN)**

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE
2	1	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO	Unid.	01
	2	CÂMERA IP INFRAVERMELHO	Unid.	08
	3	SPEED DOME IP INFRAVERMELHO	Unid.	01
	4	SWITCH POE DE 24 PORTAS	Unid.	01
	5	NOBREAK 700 VA	Unid.	01
	6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	Unid.	01

**6.2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

6.2.1 - GRUPO/LOTE 1 - SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO IP (SEDE - NATAL/RN):

**6.2.1.1 - ITEM 1 - SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA**

**REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS:**

**Client Web (Web Client)**

Permitir acessar ao Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) através do endereço IP e nome do domínio;

Permitir adição de câmeras de diversos fabricantes através do protocolo padrão ONVIF™.

Permitir gestão dos dispositivos IP adicionados:

Múltiplos dispositivos poderão ser adicionados: Câmeras IP, NVRs, Decoders, Controle de acesso, pontos de acesso, Catracas, Terminais de Reconhecimento facial, Servidores de reconhecimento facial, etc.


Possuir os métodos abaixo para adição dos dispositivos ao Sistema:

Por detecção de dispositivos online na mesma subnet do Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) ou PC atual

Por especificação do endereço IP ou nome de domínio

Por especificação do segmento de IP



 <b>POTIGAS</b> <small>PROTEÇÃO TOTAL</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 5 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	---	--

Por especificação do segmento de porta  
 Permitir o gerenciamento dos recursos (câmeras, entrada de alarmes, saídas de alarmes, pontos de acesso, controle de acesso) por áreas  
 Permitir a configuração de gravação:  
 Dois métodos de armazenamento dos arquivos de vídeo:  
 Dispositivos de codificação: NVR / câmeras IP (através de cartão de memória SD);  
 Servidor de Gravação: Storage Hybrid SAN  
 Tipos de gravação: Contínua, ativado por eventos, ativado por comando manual.  
 Ajuste da agenda de gravação: Contínua Todos os dias, por eventos todos os dias, agenda customizada;  
 Permitir o Armazenamento de Imagens  
 Armazenando imagens carregadas pelos dispositivos através de eventos de alarmes, faces capturadas, placas reconhecidas, no disco rígido do Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) e Storage Hybrid SAN.  
 Armazenamento de imagens carregadas pelo usuário, como mapas estáticos e faces para lista de pessoas, deverão ser armazenadas no disco rígido do Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS).  
 Permitir edição dos parâmetros dos pontos de acesso  
 Edição das informações básicas  
 Contato da porta: Normalmente Aberto / Normalmente Fechado  
 Tipo do Botão de Saída: Normalmente Aberto / Normalmente Fechado  
 Duração quando aberto  
 Alarme de Tempo excedido da porta aberta  
 Código de Coação  
 Super senha  
 Código de descarte  
 Agenda de livre acesso  
 Configuração de vínculo de câmeras para visualização do vídeo na aplicação de Controle do Cliente  
 Edição dos ajustes de aplicação  
 Anti-passback  
 Abertura de porta com o primeiro Cartão  
 Edição dos ajustes de hardware  
 Ajuste do modo de acesso do leitor de cartão  
 Ajuste do intervalo mínimo da passagem do cartão  
 Permitir habilitar alarme de falha na tentativa de passagem do cartão  
 Permitir habilitar alarme de adulteração  
 Permitir agrupar zonas em diferentes partições de controle de segurança  
 Importar entradas de alarmes adicionados em diferentes partições de controle de segurança de acordo com a relação entre as zonas e as partições configuradas no dispositivo  
 Permitir definir a programação de defesa para quando e como armar as entradas de alarme  
 Permitir configuração de Eventos & Alarmes  
 Configuração dos eventos monitorados pelo Sistema para os recursos adicionados ao sistema  
 Eventos da Câmera: Detecção de Movimento, Perda de Vídeo, Cruzamentos de Linha, Intrusão, e demais vídeos analíticos presentes na câmera.  
 Eventos de pontos de acesso: Evento de acesso, evento de status da porta, etc.  
 Eventos de Entrada de alarme dos dispositivos (incluindo zonas)  
 Eventos de Reconhecimento Facial (FACES reconhecidas ou não reconhecidas)  
 Eventos de Reconhecimento de placas dos veículos (Placas reconhecidas ou não reconhecidas)




**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 6 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Alarmes de Exceções de dispositivo: Dispositivo offline, Disco de Armazenamento Cheio, Erro de leitura/escrita no Disco de armazenamento, etc. (incluindo dispositivos de codificação, controle de acesso e dispositivos de segurança)

Alarmes de Exceções de Servidores: Alta temperatura na Placa Mãe, Erro de Disco, perda de disco, etc (para o Servidor VSS)

Eventos de autenticação do usuário: Log in ou Log out

Ajuste de ações de vínculo como iniciar gravação, criação de etiquetas de marcação, captura de imagens, associar pontos de acesso, ativar saídas de alarmes, ações em câmeras PTZ, envio de e-mail.

Envio de e-mail para notificação dos usuários no caso de acionamento de eventos ou alarmes

Acionamento de eventos e alarmes para ativação de notificações através de janela de pop up, exibição de câmeras relacionadas, aviso sonoro, exibição no mapa

Ajuste da agenda de acionamento dos alarmes e eventos: Modelo todos os dias, Modelo final de semana, Modelo Dias da Semana, Modelo Personalizado

Ajuste da prioridade dos eventos e alarmes: Alto, Médio, Baixo, personalizado

Ajustar a categoria do status do alarme ou evento: Verdadeiro, Falso, a ser confirmado, a ser verificado

Permitir o Gerenciamento dos Mapas

Vincular o mapa à área

Busca de localidades no mapa GIS

Adicionar / Editar / Apagar regiões quentes no Mapa

Adicionar / Editar / Apagar regiões de pontos de acesso no mapa

Adicionar / Editar / Apagar pontos de acesso (câmeras, entrada de alarme, saída de alarme, portas) no mapa

Adicionar etiquetas com descrições no mapa

Permitir Gerenciamento dos Veículos cadastrados

Adicionar informações do veículo manualmente

Importar informação de veículo de acordo com um modelo pré-definido

Ajustar um período efetivo para os veículos adicionados

Permitir Gerenciamento de Pessoas

Adição das informações das pessoas uma a uma

Importação das informações de múltiplas pessoas em lote

Importação das faces das pessoas em lote

Formato do arquivo das faces: BMP, JPEG e PNG

Habilitar a pessoa com face cadastrada para acesso a dispositivos de acesso via reconhecimento facial

Permitir o Gerenciamento de controle de acesso

Agrupar Pessoas com o mesmo nível de permissão de acesso ao Grupo de Acesso

Agrupar pontos de acesso aos níveis de acesso e ajustar a agenda para definição dos períodos de acesso autorizado

Associar o nível de acesso ao grupo de acesso

Aplicar manualmente ou regulamente os grupos de acesso para o dispositivo de acesso

Configurar a agenda de controle de acesso incluindo agenda semanal e feriados

Permitir o Gerenciamento do Controle de Frequência

Agrupar pessoas aos Grupos de Frequência

Adicionar / Apagar horário de turnos


Associar os turnos ao Grupo de Frequência

Adicionar / Apagar os pontos de controle de acesso

Buscar por registros de frequência

Correção de registro de frequência de uma pessoa ou múltiplas pessoas



 <p><b>POTIGAS</b> POTIGARAS - 1970-2020</p>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 7 de 40	<p style="text-align: center;"><b>VISTO</b></p> <p>O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.</p>
---	---	--

Permitir Gerenciamento do Grupo de Comparações de Faces  
 Agrupar as pessoas ao grupo de comparações de faces  
 Ajuste do limite mínimo de similaridade quando adicionado o grupo de comparação de faces  
 Aplicar o Grupo de Comparação de Faces ao dispositivo (ou canal) de reconhecimento facial  
 Gerenciamento de Regras e Usuários  
 O usuário administrador (admin) deverá possuir o poder de resetar senha dos demais usuários  
 Adicionar / Editar / Apagar usuários e regras  
 Regras podem ser associadas a diferentes níveis de permissões incluindo regra de exibições de áreas, acesso aos dispositivos, permissões dos usuários  
 O nome, a data de vencimento e o texto descritivo poderão ser configurados na regra  
 Os usuários poderão ser associados a diferentes regras para adquirir diferentes permissões  
 O nome, a data de vencimento e o texto descritivo poderão ser configurados para o usuário  
 Possibilitar adição de usuários através de Domínio sendo importados em lotes  
 O usuário administrador deverá possuir o poder de forçar o log out de qualquer usuário  
 Permitir configurações de Segurança  
 Bloqueio de endereço IP devido falhas de log in  
 Ajuste o nível de segurança para cadastro de senhas  
 Ajuste do período máximo para modificação da senha  
 Bloqueio da aplicação do Controle do Cliente após tempo de inatividade  
 Permitir ajustes na configuração e manutenção do sistema  
 Criação do nome para a localidade atual  
 Habilitar a função de Mapa GIS configurando a URL do API do mapa e os ícones de regiões quentes e pontos de acesso  
 Ajuste de configurações do NTP  
 Ajuste de configurações do Active directory  
 Configuração de um IP estático para acesso via WAN  
 Configurações de NIC para o Servidor VSS  
 Configuração de e-mail pré-definidos  
 Configuração dos protocolos de transferência como HTTP ou HTTPS  
 Configuração do Backup e restauração do banco de dados e configurações  
 Modo de Exibição Ao Vivo  
 Visualização em tempo real das câmeras de diferentes áreas  
 Controle de Pan, Tilt e zoom das câmeras PTZ;  
 Na imagem ao vivo, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais  
 Na imagem ao vivo, a realização da reprodução instantânea de, no mínimo, 2 minutos anteriores ao horário atual  
 Zoom Digital  
 Áudio Bidirecional com ajuste de volume do áudio em reprodução  
 Alternar entre Fluxo Principal e Fluxo Secundário  
 Ajustar a divisão de janela  
 Permitir no Modo de Reprodução  
 Reprodução dos vídeos armazenados das câmeras de diferentes áreas  
 Reprodução na linha do tempo  
 Reprodução sincronizada ou não sincronizada de até 16 câmeras ao mesmo tempo  
 Reprodução reversa  
 Reprodução Quadro a Quadro  
 Ajuste de velocidade de reprodução  
 Habilitação do Áudio com ajuste de volume do áudio em reprodução



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 8 de 40

**VISTO**


O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Na reprodução, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais  
Ajustar divisão de janela  
Zoom Digital  
Permitir Configuração Local  
Ajustes das configurações de rede  
Decodificação através do hardware GPU  
Tipo de fluxo Global a ser utilizado: Fluxo Principal Secundário ou Suavizado  
Tempo limite da rede: tempo de espera padrão para operação nas aplicações do Web Client  
Formato na captura de imagem: JPEG/BMP  
Visualizar os caminhos de gravação de imagens e vídeos no PC local

**Aplicação de Controle do Cliente (Control Client)**

Permitir decodificação através do hardware GPU  
Permitir recebimentos dos alarmes e eventos provenientes das câmeras IP do mesmo fabricante  
Permitir acessar ao Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) através do endereço IP e nome do domínio  
Permitir Autenticação do usuário através de usuário domínio  
Permitir que a divisão de janelas, no modo Exibição Ao Vivo e Reprodução, se adapte de acordo com o número de câmeras selecionadas  
Permitir no Modo Exibição Ao Vivo  
Visualização dos vídeos em tempo real das câmeras;  
Controle de Pan, Tilt e zoom das câmeras PTZ;  
Criação de visualizações personalizadas no perfil público (onde todos usuários cadastrados terão acesso) e no perfil privado (onde apenas o usuário criador da visualização terá acesso)  
Troca automática (auto switch) dos perfis de visualização  
Na imagem ao vivo, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais  
Na imagem ao vivo, a realização da reprodução instantânea de, no mínimo, 2 minutos anteriores ao horário atual  
Visualização em telas auxiliares;  
Zoom Digital  
Áudio Bidirecional com ajuste de volume do áudio em reprodução  
Exibição do Status da câmera  
Controle de acionamento de alarmes  
Troca do fluxo (stream) de vídeo ao vivo para Fluxo Principal (Main Stream), Fluxo Secundário (Sub stream) ou Fluxo Suavizado (Smooth Stream)  
Modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye  
Exibição de eventos no modo em tempo real como eventos de reconhecimento facial e eventos de reconhecimento dos caracteres das placas dos veículos (ANPR)  
Permitir no Modo de Reprodução  
Reprodução normal para gravações contínuas  
Reprodução Inteligente baseado em análises detecção de movimentos, intrusões e cruzamento de linha  
Reprodução sincronizada ou não sincronizada de até 16 câmeras ao mesmo tempo  
Reprodução no modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye  
Adição de etiquetas (tags) para marcação de pontos importantes na gravação  
Reprodução de vídeo etiquetados  
Bloqueio / Desbloqueio de arquivos de vídeo para proteção  
Download dos arquivos de vídeo  
Reprodução reversa



 <b>POTIGAS</b> <small>POTIGAS - POTIGAS</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 9 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
--	---	--

Reprodução Quadro a Quadro  
 Configuração da velocidade de reprodução  
 Habilitar ou Desabilitar o áudio permitindo também o ajuste de volume  
 Zoom Digital  
 Fazer capturas de fotos (snapshot) e recortes manuais de trechos das gravações  
 Troca do fluxo (stream) de vídeo ao vivo para Fluxo Principal (Main Stream), Fluxo Secundário (Sub stream) ou Fluxo Suavizado (Smooth Stream)  
 Gerenciamento de imagens e cliques capturados durante o modo de exibição em tempo real e reprodução os quais armazenados localmente  
 Permitir no modo de Controle por Mapas Sinóticos  
 Visualização do localidades geográficas de câmeras, entrada de alarmes e portas no mapa  
 Exibição de imagens ao vivo e reprodução das câmeras e portas no mapa  
 Controle do acionamento de alarmes no mapa: habilitar e desabilitar câmeras, entradas de alarme das câmeras, portas  
 Buscar e visualizar, no mapa, histórico de alarmes das câmeras, entradas de alarmes das câmeras, portas  
 Receber notificações no mapa quando um evento for acionado  
 Atalhos para acesso a áreas quentes  
 Zoom +/- no mapa  
 Permitir na Central de Eventos  
 Exibição da Informação dos Eventos incluindo horário da ocorrência, nome do evento, Status, etc.  
 Reprodução do vídeo relacionado ao evento no horário da ocorrência  
 Adição de etiquetas (tags) nas informações do evento  
 Solicitação da confirmação do tratamento do evento pelos operadores permitindo adição de texto  
 Controle de acionamento de alarmes  
 Habilitar / Desabilitar a janela de pop-up e áudio para ocorrências de eventos  
 Permitir no Controle do Reconhecimento dos caracteres das placas dos veículos (ANPR)  
 Exibição em tempo real dos caracteres reconhecidos das placas dos veículos no Modo de Exibição Ao Vivo  
 Possibilidade de Adição das placas com caracteres reconhecidos, no Modo de Exibição Ao Vivo, na lista de grupo de veículos  
 Buscar registros das placas com caracteres reconhecidos pela câmera e informação do horário da passagem  
 Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone  
 Permitir no Modo de Comparação Facial  
 Exibição em tempo real das faces capturadas e reconhecidas no Modo de Exibição Ao Vivo  
 Visualização das informações sobre as faces reconhecidas  
 Possibilidade de adição das faces capturadas, no Modo de Exibição ao Vivo, na lista de grupo de faces  
 Carregamento da imagem da face como referência para busca no banco de dados de fotos capturadas (disponível apenas para servidor ou NVR de reconhecimento facial, verificar compatibilidade)  
 Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone  
 Permitir no Modo de Controle de Acesso  
 Exibição de imagens ao vivo de pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento  
 Reprodução de eventos de abertura de porta dos pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento  
 Controle dos pontos de acesso para abrir, fechar, manter aberto ou manter fechado  
 Visualizar registro em tempo real de passagens de cartão de acesso  
 Busca de eventos de controle de acesso nos pontos de acessos adicionados  
 Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone  
 Permitir no Modo de Relatórios




**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 10 de 40

**VISTO**


O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Relatório de Análise de Veículos: Geração de relatório para exibição do número de veículos com placas reconhecidas durante um período de tempo pré-estabelecido pelo usuário  
Exportar relatório e armazenamento localmente  
Permitir na Tela de Monitoramento do Status do Sistema  
Monitoramento do Status como online ou offline dos recursos como câmeras, controle de acesso, NVRs, pontos de acesso e servidores  
Permitir na Central de Downloads  
Verificar as tarefas de transferência de arquivos e status  
Download do Video player para reprodução dos vídeos baixados;

**Aplicação do Cliente Móvel (Mobile Client)**

Permitir acessar ao Servidor de Gerenciamento do Sistema de Vigilância (VSS) através do endereço IP e nome do domínio  
Permitir Autenticação do usuário através de usuário domínio  
Permitir autenticação com protocolos de transferência HTTP ou HTTPS  
Permitir buscar câmeras em diferentes pastas  
Permitir no Modo de Exibição Ao Vivo  
Visualização em Tempo Real das câmeras adicionadas  
Visualização em Tempo Real do vídeo relacionado ao ponto de acesso vinculado a câmera  
Configurar divisão de janela 1/4/9  
Na imagem ao vivo, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais  
Zoom Digital  
Controle de Pan, Tilt e zoom das câmeras PTZ;  
Habilitar/Desabilitar o áudio da câmera em tempo real  
Ajustar a qualidade do vídeo  
Áudio Bidirecional com ajuste de volume do áudio em reprodução  
Modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye  
Exibição de eventos no modo em tempo real como eventos de reconhecimento facial e eventos de reconhecimento dos caracteres das placas dos veículos (ANPR)  
Abrir/Fechar porta manualmente  
Exibição dos registros das pessoas cadastradas em tempo real incluindo perfil da pessoa, nome e resultado dos acessos  
Exibição do veículo cadastrado com placa reconhecida com informações de Placa e horário de passagem  
Possibilidade de Adição das placas com caracteres reconhecidos, no Modo de Exibição Ao Vivo, na lista de grupo de veículos  
Exibição de informação de faces reconhecidas (em tempo real ou histórico) incluindo informações detalhadas da pessoa e foto capturada e similaridade com a foto do banco de faces  
Possibilidade de adição das faces capturadas, no Modo de Exibição ao Vivo, na lista de grupo de faces  
Permitir acionar evento ao usuário pré-definido  
Permitir no Modo de Reprodução  
Reprodução de vídeos  
Habilitar/Desabilitar o áudio da câmera em reprodução  
Na reprodução, fazer capturas de fotos (snapshot) e gravações manuais  
Recorte de vídeo  
Reprodução sincronizada  
Zoom Digital  
Troca de entre fluxos de vídeo principal e secundário  
Modo dewarping indicado para utilização em câmeras modelo Fisheye



 <p><b>POTIGAS</b> Comunidade e Meio Ambiente</p>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 11 de 40	<p style="text-align: center;"><b>VISTO</b></p> <p>O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.</p>
--	--	--

Permitir modo de recebimento de eventos  
 Recebimento e exibição das notificações de eventos e alarmes relacionado ao vídeo ao vivo ou gravação  
 Visualização das informações dos eventos ocorridos  
 Filtro de alarmes por prioridade, status e categoria  
 Visualização das fontes de eventos no mapa relacionado  
 Opção de confirmação dos eventos ocorrido  
 Permitir exibição dos alarmes de eventos dos dispositivos de segurança em tempo real  
 Permitir exibição dos detalhes da câmera incluindo status online, controle PTZ, etc.  
 Permitir que catracas e dispositivos de reconhecimento facial sejam acessíveis para controle manual de portas e controle de liberação das catracas  
 Permitir adicionar informações de pessoas na lista de pessoas  
 Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone

### 6.2.1.2 - ITEM 2 - CÂMERA IP

#### 6.2.1.2.1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS CÂMERAS IP:

1. Câmera de rede IP tipo BULLET ou DOME/TURRET para vídeo monitoramento;
2. Deve possuir resolução mínima 2560x1440 pixels operando com uma taxa mínima de 30 quadros por segundo em todas as resoluções;
3. Sensor de imagem CMOS 1/3" ou maior, com varredura progressiva;
4. Deve possuir compressão de vídeo padrão MJPEG, H.264, H.265 e, ao menos, um padrão de compressão de vídeo superiores e complementares a estes (HDSM, Zipstream, H.264+, H.265+ ou similares), com alta relação de compressão;
5. Suportar velocidade de Shutter de 1/3s a 1/12.000s;
6. Suporte para dois streams de vídeo independentes e configuráveis em resolução e taxa de quadros por segundo;
7. Possuir sensibilidade mínima igual ou inferior a no modo colorido a 0,03 lux com FStop de 2.0 e no modo PB de 0 lux com IR acionado;
8. Deve possuir iluminadores IR integrados, com alcance mínimo de 30 metros ou ser fornecido com iluminador IR externo e acessórios, com alcance mínimo de 30 metros;
9. Lente fixa embutida entre 2.7mm a 3.2mm com ângulo de visualização horizontal mínimo de 99°;
10. Função Dia & Noite com filtro de IR com troca automática;
11. Possuir funções compensação de luz de fundo, redução digital de ruídos;
12. Possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR) de, no mínimo 60 dB;
13. Ser compatível com os padrões de fóruns mundiais integrações aberto;
14. Compatível com os protocolos de rede: IPv4/IPv6, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, Bonjour, UDP, NTP, UPnP, SMTP, IGMP, 802.1X e QoS;
15. Ser apto a operações em temperaturas de -30 °C a 60 °C com humidade não superior a 95% (sem condensação);
16. Possuir proteção total contra poeira e jatos fortes d'água – grau de proteção IP67 ou superior;
17. Possuir entrada RJ45 10/100M auto adaptável;
18. Possuir alimentação compatível para 12Vdc e PoE (802.3af) ou PoE (802.3at);
19. Não deve exceder o consumo máximo de 4,3W;

6.2.1.2.2 - O conjunto da solução completa deve apresentar suporte para compressão de vídeo em H.265+.

### 6.2.1.3 - ITEM 3 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO




**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 12 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

6.2.1.3.1 - Instalação de Sistema de Monitoramento por Vídeo (IP), composto por 22 (vinte e duas) câmeras, interligadas e gerenciadas através de rede, incluindo todos os softwares e acessórios de montagem necessários, visando a cobertura de todas as dependências da POTIGÁS, conforme especificações acima e diagramas de posicionamento constantes no ANEXO A deste documento.

6.2.1.3.2 - O serviço de instalação desse item compreende:

- a) Fixação das câmeras e sua conexão nas tomadas de rede POE já existentes nos locais, disponibilizados pela POTIGÁS. Os patch-cords deste grupo também serão fornecidos pela POTIGÁS;
- b) Instalação e configuração do software para todos os dispositivos do GRUPO 1, com aplicação de máscaras de gravação, configuração de eventos e otimização das configurações de gravação com perfis específicos;
- c) Identificação física das câmeras com etiquetas apropriadas, conforme Item 6.4.5 deste documento.


6.2.1.3.3 - As câmeras deverão ser identificadas por etiquetas autocolantes, impressas, fixadas nos equipamentos, com a devida correspondência no software, para a sua correta identificação, e conforme Item 6.4.5 deste documento.

**6.2.2 - GRUPO/LOTE 2 - SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO IP (FILIAL - MACAÍBA/RN):**

**6.2.2.1 - ITEM 1 - GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO**

1. O NVR deve operar de forma autônoma e autossuficiente, unicamente com os recursos de hardware e software internos contidos em seu gabinete, com desempenho pleno e integral de suas funções. Exclui-se deste conceito os NVR montados com base em PC, que utilizem sistemas operacionais comuns a microcomputadores convencionais, não originalmente desenvolvidos em fábrica para o fim único e específico de atuar como NVR monobloco;
2. O NVR deverá suportar a conexão e a gravação de 32 canais com tecnologia IP com até 8MP;
3. Permitir gravação nas resoluções 1,3MP a 8MP;
4. Possuir suporta para compressão de vídeo H.264+ e H.265 ou similar para otimização da banda de transmissão e redução no espaço de armazenamento nos Discos Rígidos comparados ao padrão H.264;
5. Possuir Largura de Banda de Entrada de 250Mbps (ou superior);
6. Possuir Largura de Banda de Saída de 160Mbps (ou superior);
7. Permitir visualização ao vivo de imagens de até 8MP;
8. Possuir 1 interface de áudio bidirecional RCA (2.0 Vp-p, 1kΩ);
9. Permitir reprodução sincronizada de até 16 canais simultâneos;
10. Possuir saída HDMI com resolução de até 4k e VGA com resolução de até 1080p;
11. Permitir sistema de gravação em disco rígido com no mínimo 4 (quatro) interfaces de conexão padrão SATA II, suportando um total bruto de no mínimo 24TB de armazenamento (6TB por disco rígido);
12. Deverá ser entregue com unidades de disco rígido SATA II de padrão Enterprise na com pelo menos 6tb de armazenamento.
13. Possuir 1 ou mais interfaces ethernet RJ45 10M/100M/1000M;
14. Possuir 16 (Dezesseis) portas RJ45 Ethernet PoE, para conexão e alimentação das câmeras, que operem a no mínimo 100Mbps:
  - a. Possuindo no mínimo 200 Watts de potência;



 <b>POTIGAS</b> <small>POTIGAS - POTIGAS</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 13 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
--	--	--

- b. No caso de ofertar NVR sem as portas PoE, este deverá ter no mínimo 01(uma) porta Ethernet 10/100/1000 e obrigatoriamente deverá ser fornecido com Switch gerenciável e compatível que atenda minimamente as características das portas PoE do Gravador descritas anteriormente;
15. Possuir no mínimo 16 entradas de alarme e 4 saídas de alarme para acionamento de dispositivos via relé;
  16. Possuir no mínimo 2 conexões USB sendo no mínimo uma compatível com o padrão USB3.0;
  17. Suportar os protocolos de rede TCP/IP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, SMTP, NFS, iSCSI, UPnP™ e HTTPS;
  18. Permitir tensão de alimentação de 100 a 240VAC – 60Hz;
  19. Permitir trabalhar entre temperaturas na faixa de 0°C a +50°C e humidade na faixa de 10% a 90%.

#### 6.2.2.2 - ITEM 2 - CÂMERA IP INFRAVERMELHO

1. Câmera de rede IP tipo BULLET ou DOME/TURRET para vídeo monitoramento;
2. Deve possuir resolução mínima 2560x1440 pixels operando com uma taxa mínima de 30 quadros por segundo em todas as resoluções;
3. Sensor de imagem CMOS 1/3" ou maior, com varredura progressiva;
4. Deve possuir compressão de vídeo padrão MJPEG, H.264, H.265 e, ao menos, um padrão de compressão de vídeo superiores e complementares a estes (HDSM, Zipstream, H.264+, H.265+ ou similares), com alta relação de compressão;
5. Suportar velocidade de Shutter de 1/3s a 1/12.000s;
6. Suporte para dois streams de vídeo independentes e configuráveis em resolução e taxa de quadros por segundo;
7. Possuir sensibilidade mínima igual ou inferior a no modo colorido a 0,03 lux com FStop de 2.0 e no modo PB de 0 lux com IR acionado;
8. Deve possuir iluminadores IR integrados, com alcance mínimo de 30 metros ou ser fornecido com iluminador IR externo e acessórios, com alcance mínimo de 30 metros;
9. Lente fixa embutida entre 2.7mm a 3.2 mm com ângulo de visualização horizontal mínimo de 99°;
10. Função Dia & Noite com filtro de IR com troca automática;
11. Possuir funções compensação de luz de fundo, redução digital de ruídos;
12. Possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR) de, no mínimo 60 dB;
13. Ser compatível com os padrões de fóruns mundiais integrações aberto;
14. Compatível com os protocolos de rede: IPv4/IPv6, TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, Bonjour, UDP, NTP, UPnP, SMTP, IGMP, 802.1X e QoS;
15. Ser apto a operações em temperaturas de -30 °C a 60 °C com humidade não superior a 95% (sem condensação);
16. Possuir proteção total contra poeira e jatos fortes d'água – grau de proteção IP67 ou superior;
17. Possuir entrada RJ45 10/100M auto adaptável;
18. Possuir alimentação compatível para 12Vdc e PoE (802.3af) ou PoE (802.3at);
19. Não deve exceder o consumo máximo de 4,3W;

#### 6.2.2.3 - ITEM 3 - SPEED DOME IP INFRAVERMELHO

1. Possuir lente varifocal de 4,8 – 153mm ou superior;
2. Possuir sensor de imagem de no mínimo 1/2,8" CMOS com progressive scan;
3. Possuir abertura Horizontal maior ou igual a 2,04° ~55° ou superior;
4. Possuir ajuste de foco e zoom remoto;
5. Possuir recurso de 360° contínuo;
6. Deve possuir função auto tracking para rastreamento de pessoas;



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 14 de 40

**VISTO**


O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

7. Velocidade das funções pan e tilt de no mínimo 0,1° ~ 250°/seg e 0,1° ~ 150°/seg, respectivamente;
8. Tilt com alcance variado entre - 5° e +90°, totalizando no mínimo 95°;
9. Tem sensibilidade de iluminação de 0,001 lux em preto e branco e 0,005 lux no modo colorido com F1.6 em ambas situações;
10. Possuir função de até 03 streams, substream incluso;
11. Possuir lente motorizada;
12. Possuir zoom digital (Eptz);
13. Possuir tecnologia de redução de ruído;
14. Possuir WDR igual 120dB;
15. Alterna automaticamente,
16. Possuir compressão H.265 E H.265 ou superiores;
17. Permite o uso de cartão Micro SD/SDHC/SDXC de até 256GB; para que a câmera realize gravações locais em casos de perda de comunicação com o servidor;
18. Suportar protocolos: IPv4/IPv6, HTTP, HTTPS, 802.1x, Qos, FTP, SMTP, UPnP, SNMP, DNS, DDNS, NTP, RTSP, RTCP, RTP, TCP/IP, UDP, IGMP, ICMP, DHCP, PPPoE, Bonjour;
19. Possuir padronização ONVIF perfis S, G e T;
20. Permite o acesso remoto por dispositivos móveis através do protocolo RTSP;
21. Possuir 02 (duas) entradas e 01 (uma) saída de alarme;
22. Possuir 01 (uma) entrada e 01 (uma) saída de áudio;
23. Possuir interface de rede 10/100Ethernet, RJ-45;
24. Permite a alimentação da câmera através de PoE;
25. Operar em ambientes com temperaturas de -30° a 65°C;
26. Possui classificação IP66 e IK 10;
27. Possuir função embarcada para alarmar em caso de violação da câmera;
28. Suportar atualização de firmware remotamente através de navegador web ou FTP;
29. Deverá ser fornecida com suporte de fixação do mesmo fabricante da câmera, para garantia de pleno e perfeito funcionamento com sua instalação;
30. Para a instalação técnica, a CONTRATADA deverá fornecer, caso a CONTRATANTE não o disponibilize, os insumos necessários, tais como: caixas de proteção, dispositivos POE, cabos e conectores;
31. A contratada deverá apresentar folha de especificações do equipamento ofertado, especificado acima.
32. Para a instalação técnica, a CONTRATADA deverá fornecer os insumos necessários, tais como: caixas de proteção, protetores de surto, disjuntores, dispositivos POE, nobreak 600va auto start de no mínimo 30 minutos de autonomia, cabos e conectores.

**6.2.2.4 - ITEM 4 - SWITCH POE DE 24 PORTAS**

1. Switch gerenciável de camada L2 com as seguintes características mínimas:
2. 24 portas 10/100/1000 RJ-45 com detecção automática (10BASE-T tipo IEEE 802.3, 100BASE-TX tipo IEEE 802.3u, 1000BASE-T tipo IEEE 802.3ab), suportando pelo menos 12 portas operando em POE+ simultaneamente (IEEE 802.3af, IEEE 802.3at);
3. 2 portas SFP de 1000 Mbps (1000BASE-T tipo IEEE 802.3ab);
4. Capacidade de comutação de 52 Gbps;
5. Consumo de energia máximo de 240W;
6. Suportar potência total de alimentação PoE de pelo menos **185W**;
7. Alimentação de entrada de 100 a 240 VAC;
8. Suportar os seguintes tipos de gerenciamento: Navegador Web e SNMP;
9. Deve acompanhar alças de fixação em rack;
10. Deve acompanhar cabo terra pré-fabricado para aterramento em rack;



 <p>POTIGÁS</p>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 15 de 40	<p style="text-align: center;"><b>VISTO</b></p> <p style="text-align: center;">O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.</p>
--	--	--

11. Garantia mínima de 1 (um) ano pelo fabricante/contratada (para reparação ou substituição);
12. Referência: **HP OfficeConnect 1820-24G PoE+ (185W) J9983A ou similar.**

#### 6.2.2.5 - ITEM 5 - NOBREAK 700 VA


1. Deve apresentar potência nominal mínima de: 700VA/350W;
2. Deve apresentar forma de onda, em modo bateria, senoidal por aproximação;
3. Possuir tensão nominal de saída de 115V;
4. Regulação: +/- 5% (em modo bateria); +/- 10% (em modo rede);
5. Possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída do tipo NBR 14.136:2002;
6. Suportar as seguintes tensões nominais de entrada (V~): 115/127/220 V~;
7. Suportar as seguintes faixas de tensão de entrada (V~): 94 - 140 / 185 - 253 V~;
8. Operar em frequência nominal de 60 Hz;
9. Apresentar modo de seleção de entrada Automático;
10. As baterias deverão ser do tipo chumbo-ácida selada regulada por válvula (VRLA) - 12V / 7Ah;
11. Possuir tempo de recarga de até 12 horas;
12. Apresentar as seguintes proteções:
  - Sobrecorrente na entrada;
  - Sobretenção na bateria;
  - Sobrecarga e curto-circuito;
  - Sub e sobretenção;
13. Descarga total da bateria;
14. Surtos de tensão;
15. Apresentar modo estabilizador de 3 estágios;
16. Cor: Preto;
17. Incluir cabo de força com plug padrão NBR 14.136:2002 com 1m;
18. Deve possuir garantia mínima de 1 (um) ano pelo fabricante/contratada (para reparação ou substituição);
19. Referência: **APC BZ700BI-BR ou similar.**

#### 6.2.2.6 - ITEM 6 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO

##### 6.2.2.6.1 - O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DO ITEM 6, GRUPO 2, COMPREENDE:

- a) Fixação das câmeras e sua conexão **com os patch-cords** a serem fornecidos com a solução para os equipamentos do GRUPO 2;
- b) Instalação e configuração do NVR para todas as câmeras do grupo, com aplicação de máscaras de gravação, configuração de eventos e otimização das configurações de gravação com perfis específicos;
- c) Identificação física das câmeras com etiquetas apropriadas e resistentes a sol (UV) e chuva, conforme numeração definida pela área técnica da POTIGÁS, com a devida correspondência configurada no software do dispositivo NVR, e conforme Item 6.4.5 deste documento;
- d) Identificação física do cabeamento nas duas extremidades, conforme numeração definida pela área técnica da POTIGÁS;
- e) A identificação do cabeamento deverá ser feita utilizando etiquetas profissionais, com tamanho e adesivo adequado para aplicação. **Não serão aceitas soluções improvisadas.** O modelo de etiqueta e a forma de identificação deverá ser apresentada e aprovada pela área técnica da POTIGÁS antes do início dos serviços, devendo ainda:
  - a. Apresentar composição em vinil branco com área de laminação para proteção da área impressa;



	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 16 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	---

- b. Apresentar impressão gerada por impressora portátil de termo-transferência com opção de comunicação com computador por porta USB e importação de dados de banco de dados ou planilha;
- c. Apresentar resistência a desgaste por atrito, manuseio, solventes, água, óleo e sujeira.
- f) Remoção dos equipamentos, cabos, eletrodutos e acessórios que se encontram atualmente instalados no local;
- g) Fornecimento de eletrodutos rígidos rosqueáveis, condutes, tomadas de rede, cabos e todos os materiais e acessórios necessários para acomodação e conectorização do **cabeamento estruturado**, já que este não deverá ser aparente;
- h) Fornecimento de **patch-cords pré-fabricados** com padrão industrial para (1) ligação das câmeras às suas tomadas de rede, (2) ligação das portas do patch-panel ao switch e (3) ligação do NVR à sua tomada de rede (**nenhum cabeamento fixo será ligado diretamente às câmeras ou ao NVR, devendo suas conexões ocorrerem por meio patch-cords em tomadas de rede RJ45 fêmea, onde deverá haver uma tomada em cada ponto de câmera e uma para o NVR. O NVR deverá ser acomodado em bancada/móvel existente no local**);
- i) Fornecimento de **patch-panel de rede** preenchido com 24 portas para recebimento e conectorização do cabeamento de rede dentro do rack do subitem "i";
- j) Fornecimento e instalação de **rack de parede 19"**, de 8U x 450mm (mínimo), com painéis cegos frontais de fechamento para preenchimento dos "U"s não utilizados, portas laterais removíveis e perfuradas, além de **02 (duas) ventoinhas no teto e com uma prateleira/bandeja fixa**;
- k) Os cabos de rede deverão ser acomodados na chegada à sala de monitoramento e no interior do rack com **velcro dupla face, a cada 10cm, não sendo permitido o uso de abraçadeiras de plástico**.

### 6.3 - LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO:

6.3.1 - **EDIFÍCIO DA SEDE DA POTIGÁS**, situado na Avenida Prudente de Moraes (esquina com a Rua Jundiá), nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP: 59.020-505). A Companhia ocupa três pavimentos do prédio (3º, 4º e 5º pavimentos, Cobertura e o 2º e 3º Subsolos).

6.3.2 - **FILIAL DA POTIGÁS (CENTRAL DE ESTOQUE / ARQUIVO)**, situada na Rua Projetada, s/nº, Distrito Industrial I (por trás da Coteminas) no Centro Industrial Avançado (CIA), em Macaíba/RN, CEP 59.280-000.

### 6.4 - DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO A SEREM EXECUTADOS


6.4.1 - A empresa **CONTRATADA** deverá instalar, todos os equipamentos e acessórios descritos neste Termo de Referência, nos locais indicados pela POTIGÁS, incluindo mão de obra de instalação, software, cabos, conectores, baterias, fontes e todos os materiais necessários para a plena implantação e o correto funcionamento dos sistemas.

6.4.1.1 - Os materiais e suas respectivas quantidades devem ser mensurados conforme projeto elaborado pelas equipes técnicas da POTIGÁS.

6.4.1.2 - Algumas quantidades da listagem de materiais poderão ser modificadas conforme alterações ou dificuldades da obra, entretanto estes ajustes deverão ser aprovados pela equipe fiscalizadora da POTIGÁS. Sendo assim, a empresa executora deverá considerar a obra como um todo, levando em consideração todos os materiais necessários para a perfeita execução da mesma.






 <b>POTIGÁS</b> <small>COMPANHIA DE SANEAMENTO</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 17 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

6.4.1.3 - **Existem**, na Sede da POTIGÁS, cabeamentos já instalados, que deverão ser utilizados pela **CONTRATADA** para instalação dos equipamentos (câmeras de segurança) fornecidos. Recomendamos a realização de **VISITA TÉCNICA** para averiguação do cabeamento existente.

6.4.1.4 - **Não existem**, na CENTRAL DE ESTOQUE da POTIGÁS, cabeamentos já instalados, para instalação dos equipamentos (câmeras de segurança, etc.) fornecidos, devendo a **CONTRATADA**, neste caso, providenciar a instalação de todo o cabeamento devido.

6.4.2 - Os serviços relacionados com as instalações e fornecimento de todos os sistemas deverão ser executados em conformidade com as normas regulamentares e com as especificações técnicas, bem como atender às recomendações dos fabricantes dos materiais, equipamentos e acessórios especificados neste Termo de Referência.

6.4.3 - A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar, para aprovação da POTIGÁS, projeto preliminar contendo desenhos e memoriais descritivos englobando detalhes executivos das instalações e as discriminações técnicas descrevendo os materiais a serem utilizados, indicando os locais onde estes materiais serão aplicados, bem como marca e modelo dos equipamentos a serem fornecidos, determinando além das técnicas normais tradicionais, as condições especiais exigidas para seu emprego e enunciando as demais condições necessárias à execução dos serviços.

6.4.4 - A empresa **CONTRATADA**, para efeito das implantações do sistema do GRUPO 2, deverá declarar ter verificado previamente o aterramento e as instalações elétricas já existentes, **não sendo permitido** que o cabeamento fixo, nos locais indicados pela POTIGÁS, seja aparente, e inclusive, havendo necessidade de obras complementares, tais como intervenções em alvenaria para passagem de cabos e/ou construção de bases e suportes, estes custos serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**.

6.4.4.1 - Para o GRUPO 2 deverão ser utilizados eletrodutos rígidos com condutores de alumínio, onde não houver infra-estrutura previamente disponível para este fim, obedecendo ao padrão já existente nos locais.

6.4.4.2 - **Não será permitido a utilização de canaletas aparentes de PVC nas instalações com descida vertical de cabos.**

6.4.5 - As etiquetas autoadesivas utilizadas para identificação dos equipamentos deverão ser produtos de linha profissional, confeccionadas em poliéster, e comprovadamente resistentes a intempéries, como frio, calor, chuva e sol, com proteção ultravioleta e de alta resistência (a desgaste por atrito, manuseio, solventes, óleo, água e sujeira), com durabilidade mecânica e laminação sobre a impressão, para utilização durante a vida útil de bens duráveis.

6.4.5.1 - O modelo de etiqueta e a forma de identificação/numeração deverá ser apresentada e aprovada pela equipe técnica da POTIGÁS antes do início dos serviços.

6.4.6 - A empresa **CONTRATADA** é responsável por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços, objeto do contrato, ficando, a POTIGÁS isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

## 6.5 - DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS, SOFTWARES, MATERIAIS E SERVIÇOS

6.5.1 - A empresa **CONTRATADA** ficará responsável pela manutenção corretiva de todos os equipamentos instalados, incluindo a substituição e reparo de peças, equipamentos, softwares ou qualquer material utilizado na instalação dos sistemas objeto deste Termo de Referência, pelo período de GARANTIA





**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 18 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

contratado, contado a partir da data do recebimento definitivo da implantação dos sistemas, nos locais indicados pela POTIGÁS, não havendo ônus adicional para a Companhia durante o período da GARANTIA.

6.5.1.1 - Os materiais, equipamentos, softwares e serviços contratados, cuja garantia não esteja definida na especificação técnica do item, **terão GARANTIA mínima de 1 (um) ano.**

6.5.1.2 - **A CONTRATADA deverá responder pelo período de garantia exigido neste instrumento quando a garantia do fabricante não o fizer.**

6.5.2 - O prazo de GARANTIA só começará a transcorrer a partir do recebimento do produto ou do serviço, pela POTIGÁS.

6.5.2.1 - A **CONTRATADA**, durante o período de garantia, deverá providenciar, às suas expensas, o conserto ou a substituição dos equipamentos danificados, bem como a execução de serviços necessários para garantir o correto funcionamento das instalações, **no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis**, contados da notificação do problema pela POTIGÁS, conforme regras descritas no Item 6.6.

6.5.2.2 - Caso seja necessária a retirada de qualquer equipamento para manutenção, durante o período de garantia, a empresa **CONTRATADA** deverá providenciar provisoriamente, de imediato, outro equipamento equivalente até o retorno do equipamento retirado, não podendo exceder 5 (cinco) dias úteis o prazo de retorno, ou a substituição em definitivo, dos equipamentos inicialmente retirados para manutenção.

6.5.2.3 - As remoções de equipamentos serão realizadas somente após a prévia e expressa autorização do fiscal do **CONTRATO** e os custos decorrentes correrão por conta da empresa **CONTRATADA**, tanto nas retiradas, quanto nas devoluções e reinstalações, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avarias causadas nos equipamentos.

6.5.3 - A GARANTIA deverá incluir reparos e substituição de peças referentes aos equipamentos e softwares adquiridos e instalados e o transporte de/para o local de entrega dos materiais, às expensas da **CONTRATADA**, dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como de qualquer dos seus componentes, que apresentem divergência de característica ou qualquer erro ou defeito de fabricação ou de instalação.


6.5.4 - Todos os produtos, materiais e acessórios a serem fornecidos na execução dos serviços de instalação e de reparo, deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e pelas especificações técnicas que constam neste Termo de Referência, bem como a solução apresentada também deverá ser compatível com a infraestrutura de dados e elétrica existente nos locais designados pela POTIGÁS.

6.5.4.1 - A empresa **CONTRATADA** deverá encaminhar, caso solicitado pela POTIGÁS, os seguintes documentos comprobatórios:

- a) Certificados de qualidade ou declaração da **CONTRATADA** onde esteja indicado expressamente que os materiais foram fabricados e obedecem rigorosamente à norma ABNT ou equivalente internacional.
- b) Declaração ou comprovação através do fabricante garantindo a qualidade dos materiais fornecidos pelo prazo mínimo de garantia exigido.

6.5.5 - Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser realizados conforme o horário previamente agendado pela POTIGÁS, de modo a não atrapalhar a rotina de trabalho, devendo a empresa **CONTRATADA** estar preparada para realizar os procedimentos fora do horário comercial e em dias sem expediente (sábados, domingos e feriados).



	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 19 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

6.5.6 - A POTIGÁS permitirá o acesso dos técnicos credenciados da empresa **CONTRATADA** às instalações onde se encontrarem os equipamentos, para a prestação dos serviços de manutenção, que ficarão sujeitos às normas internas de segurança da POTIGÁS, notadamente aqueles referentes a identificação, trânsito e permanência nas dependências.

6.5.7 - O equipamento fornecido em substituição e as peças de reposição que se fizerem necessárias ao funcionamento dos equipamentos deverão ser originais e deverão obedecer às especificações mínimas dos equipamentos substituídos.

6.5.8 - A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer relatório referente aos serviços de manutenção corretiva que por ventura venham a ser executados, na ocasião da visita técnica, informando o estado geral dos aparelhos/equipamentos e suas condições de funcionamento, bem como todas as intervenções realizadas nesses equipamentos.

6.5.9 - Todas as despesas decorrentes da necessidade de substituição de equipamento serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, não gerando nenhum ônus à POTIGÁS.

6.5.10 - Quando do término do prazo da GARANTIA ofertada, havendo pendência(s) com relação a serviço(s) não realizado(s), por culpa da empresa **CONTRATADA** ou de terceiros, ficará automaticamente prorrogado, por período igual ao da suspensão, o prazo de garantia e o serviço de assistência técnica, sem ônus para a POTIGÁS.

6.5.11 - A **CONTRATADA** deverá prestar todo suporte técnico necessário a dirimir qualquer questionamento feito pela **CONTRATANTE**, relacionado ao objeto deste **CONTRATO**, devendo fornecer, sempre que solicitado por esta última, os seguintes documentos:

a) Catálogos técnicos, literatura especializada, informações sobre matérias primas, características técnicas, procedimentos de produção, armazenamento e preservação dos materiais, dentre outros documentos técnicos requisitados e informações que sejam necessárias e suficientes para que se caracterize que os materiais fornecidos atendem às normas especificadas em características, qualidade e dimensões.

## **6.6 - DOS CHAMADOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (GARANTIA)**

6.6.1 - Os serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA consistem na solução de eventuais problemas, mau funcionamento, danos ou defeitos, que venham a ocorrer durante o período de GARANTIA contratado, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos sistemas/materiais, softwares e equipamentos, constituindo a reparação de defeitos e danos, substituição de produtos, peças e acessórios, correção de mau funcionamento de softwares, e incluindo o fornecimento de mão de obra especializada.

6.6.2 - Os CHAMADOS TÉCNICOS para efeito de MANUTENÇÃO CORRETIVA deverão ser atendidos no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas úteis** após o recebimento pela empresa **CONTRATADA** da solicitação feita por mensagem eletrônica (e-mail) com confirmação de leitura, indicando o tipo de serviços a ser realizado e o local de atendimento.

6.6.3 - A empresa **CONTRATADA** deverá confirmar o recebimento do e-mail em no máximo **02 (duas) horas** após o envio da solicitação pela POTIGÁS. Decorrido esse prazo sem que haja confirmação de recebimento por parte da empresa **CONTRATADA**, será considerado recebido o CHAMADO TÉCNICO e será iniciado a contagem do prazo de atendimento.

6.6.4 - Decorrido o prazo para atendimento do CHAMADO TÉCNICO e do início dos serviços, sem resposta da empresa **CONTRATADA**, a **FISCALIZAÇÃO** do **CONTRATO** informará o descumprimento nos autos.

## **7 - DA FORMA DE FORNECIMENTO**



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 20 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

**7.1 – PRAZO DE ENTREGA:**

7.1.1 - O prazo de entrega e instalação dos equipamentos, será de no máximo **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da assinatura do respectivo **CONTRATO**, firmado entre as partes.

**7.2 – LOCAL DE ENTREGA:**

7.2.1 - A entrega e instalação dos equipamentos dos **GRUPOS 1 e 2** deverão se dar necessariamente em **dias úteis**, nos horários de 08:00 às 17:00 horas, nos locais relacionados no item 6.3 deste documento, devendo o objeto ser recebido e conferido pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** e atestado pelo setor competente.

**7.3 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:**

7.3.1 - O recebimento e aceitação dos materiais pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

7.3.1.1 - Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **3 (três) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3.1.2 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1.2.1 - A **CONTRATANTE** não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pela fiscalização.

7.3.1.2.2 - Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da notificação da fiscalização.


7.3.1.3 - Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **2 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7.3.1.3.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.1.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do **CONTRATO**.

**7.4 – FORMA DE ENTREGA:**



	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 21 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

7.4.1 - O transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como os custos e eventuais danos ocasionados nestes materiais ou em terceiros em decorrência destas movimentações, serão da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.4.1.1 - Da mesma forma se responsabilizará a **CONTRATADA** pelo transporte, carregamento e descarregamento dos materiais devolvidos, quando estes forem reprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, devido a defeito de fabricação ou danos verificados nos mesmos.

7.4.2 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** designarão prepostos com poderes para tomar as providências que couberem a cada uma das partes no âmbito do **CONTRATO**.

7.4.3 - As comunicações, pedidos de informações e/ou esclarecimentos entre as partes contratantes far-se-ão sempre por intermédio de correspondências ou mensagens eletrônicas (e-mails) entre os seus prepostos.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.1.1 - Fornecer o objeto do **CONTRATO** rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CONTRATANTE**.

8.1.2 - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais objeto do **CONTRATO**, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s).

8.1.3 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.4 - Atender prontamente quaisquer exigências da **CONTRATANTE** inerentes ao objeto do **CONTRATO**.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelo transporte, descarrego e seguro dos materiais objeto do **CONTRATO**, devendo os mesmos ser entregues à **CONTRATANTE** em perfeitas condições de uso.

8.1.5.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas com reposição dos materiais fornecidos, visitas técnicas, transporte, descarga e manutenção corretiva (GARANTIA).

8.1.5.2 - Substituir, sem custos adicionais, qualquer produto defeituoso, dentro do prazo estabelecido neste documento.

8.1.6 - Responsabilizar-se pela substituição, quando for o caso, dos produtos objeto do **CONTRATO**, que deverão ser feitos em locais determinados pela **CONTRATANTE**, no Estado do Rio Grande do Norte, na impossibilidade, obriga-se a **CONTRATADA** a ceder material equivalente, de sua propriedade, com capacidade no mínimo igual à do produto fornecido, em substituição ao mesmo.

8.1.7 - Responsabilizar-se diretamente pelo fornecimento dos materiais objeto do **CONTRATO** e, conseqüentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros.





**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 22 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

8.1.7.1 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.7.2 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.8 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.9 - Cumprir as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.10 - Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela **CONTRATANTE**, quanto aos produtos fornecidos.

8.1.11 - Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis.

8.1.12 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no **CONTRATO**, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.13 - Cumprir com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal da República vigente, não empregando menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, salvo os menores, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.1.14 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.


8.1.15 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.16 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.17 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho, para a entrega dos materiais objeto do **CONTRATO**.

8.1.18 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.



	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 23 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

8.1.19 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os produtos contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.20 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.21 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes do presente Termo de Referência:

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais, objeto deste **CONTRATO**, fixando-lhe prazos para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, está dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para o fornecimento dos materiais contratados e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.9 - Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Autorizações de Fornecimento (AF's) correspondentes.

8.2.10 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

## **9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 24 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3 - A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico [xml.nfe@potigas.com.br](mailto:xml.nfe@potigas.com.br).

9.1.4 - No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.

9.1.5 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

9.1.5.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;


9.1.5.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por



	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 25 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de **2%** (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de **0,2%** (dois décimos por cento), até o limite de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

## **10 - DA VIGÊNCIA**

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.


## **11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 - O preço consignado no **CONTRATO** poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, com base na variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.



 <b>POTIGÁS</b> <small>Associação Potigás de Futebol</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 26 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

11.5 - O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

11.6 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.8 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.9 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10 - O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

11.11 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

## **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.


12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.





 POTIGAS SANTARÉM 2017-2020	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 27 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
--	--	--

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo descumprimento dos prazos parciais de entrega do objeto contratado a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, por dia de atraso, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor da respectiva parcela.

12.3.2 - Pelo descumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA** de **100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.





**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 28 de 40

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

**13 - DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do **CONTRATO**, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os materiais/serviços que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 29 de 40

**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas no **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.


13.10 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.11 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.12 - Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.12.1 - Caso os materiais sejam entregues com atraso pela **CONTRATADA**, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas no **CONTRATO**.

13.13 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 30 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

13.14 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.15 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no CAPÍTULO VIII do RILC da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

#### **14 - DA MATRIZ DE RISCOS**

14.1 - Não há riscos associados à execução do **CONTRATO** que possam gerar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro, devido à previsão de fornecimento dos produtos em remessa única, no início da execução do **CONTRATO** e também da realização do pagamento do valor contratado em única parcela.

#### **15 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

#### **16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor lance, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, prazo de garantia, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

16.2 - No momento da contratação/licitação, os proponentes devem indicar na sua proposta comercial a descrição detalhada do objeto a ser entregue, incluindo a marca e modelo dos produtos ofertados, de modo que a área demandante da **CONTRATADA** ateste a conformidade do objeto em relação à especificação técnica.

16.2.1 - A descrição do objeto ofertado deve ser apresentada por meio de documentação técnica (catálogo ou folha de dados do fabricante do equipamento) anexada à proposta comercial, que identifique e constate as configurações cotadas, possíveis expansões e "upgrades", acompanhados de matriz cruzada identificando na página do manual onde estão sendo atendidos os itens solicitados neste Termo, minudenciando os seguintes itens:


- a. Marca.
- b. Modelo.
- c. Tipo.
- d. Part number.
- e. Procedência.
- f. Garantia ou validade.

16.2.2 - A proposta comercial que não cumprir o disposto nos itens acima será automaticamente desclassificada.

#### **16.3 - DA AMOSTRA**





 <b>POTIGÁS</b> <small>COMPANHIA DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE</small>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 31 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	---

16.3.1 - A **POTIGÁS** poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de **10 (dez) dias úteis**, a contar da convocação, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto, que será realizada em sessão pública previamente designada.

16.3.2 - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, na **POTIGÁS**, localizada na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), telefone (84) 3204-8500, contendo as características descritas nas especificações técnicas.

16.3.3 - Caso as amostras da melhor proposta, sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

16.3.4 - As amostras aprovadas permanecerão em poder da **POTIGÁS** até a entrega definitiva do objeto contratado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

16.3.4.1 - A partir da entrega definitiva do objeto, o fornecedor poderá retirar a(s) amostra(s) apresentadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no estado em que estas se encontrarem, sem qualquer responsabilidade para a **POTIGÁS**. Findo este prazo, é facultado a **POTIGÁS** dar-lhes a destinação que julgar adequada.

16.3.5 - Caso as amostras apresentadas não sejam aprovadas pelo setor técnico da **POTIGÁS**, o fornecedor poderá retirá-las no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência do resultado, no estado em que se encontrarem sem qualquer responsabilidade para a **POTIGÁS**. Findo este prazo, é facultado a **POTIGÁS** dar-lhes a destinação que julgar adequada.

16.3.6 - As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e não serão subtraídas do quantitativo total do objeto quando da entrega.

16.3.7 - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste documento.

## **17 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS**

### **17.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

17.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

#### **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

##### **QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:**

- I - Cédula de identidade oficial, no caso de pessoa física;
- II - Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de sociedade empresária;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;
- IV - Em se tratando de sociedades por ações e sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor;
- V - Inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 32 de 40

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

§ 1º As provas de que tratam os incisos II, III e IV poderão ser feitas mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial.

§ 2º No caso de sociedades não empresárias de que trata o inciso V, por certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do LICITANTE;

V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Mobiliários emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do fornecedor;

VI - Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);

VII - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

**ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

I - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

**CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

I - Apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último Exercício Social registrado no órgão competente, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do fornecedor, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

II - Certidão Negativa de falência e/ou recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do fornecedor ou pelo Tribunal de Justiça, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.

§ 1º Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente contratação, desde que, para tanto, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o seu regular cumprimento, e atenda aos requisitos do instrumento convocatório.

§ 2º As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração.


**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que o fornecedor já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto desta contratação.

**17.2 - DA VISITA TÉCNICA**

17.2.1 - A VISITA TÉCNICA é FACULTATIVA e o fornecedor poderá realizá-la no local onde serão instalados os equipamentos objeto deste documento, até 1 (um) dia útil antes da data de abertura das propostas,



 POTIGÁS Comunidade Potiguar 1964-2014	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)</b> <b>Nº 6-070-21</b> Página 33 de 40	<b>VISTO</b> O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.
---	--	--

devendo ser agendadas junto a Gerência Administrativa e de Suprimentos da **CONTRATANTE**, com Sede atual na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), por intermédio do telefone (84) 3204-8500, nos dias úteis, de 8:30 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas.

17.2.2 - A **VISITA TÉCNICA** representará a oportunidade para os fornecedores interessados, conhecerem as características, especificações, condições especiais e/ou dificuldades que possam interferir na execução dos serviços de instalação, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. **Assim sendo, o fornecedor que venha a ser CONTRATADO, caso não tenha realizado a referida VISITA TÉCNICA, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.**

17.2.2.1 - O fornecedor, que não realizar a **VISITA TÉCNICA**, não poderá alegar o desconhecimento de dificuldades, características ou obstáculos para a realização dos serviços, como justificativa para acréscimos de preços e prazos.

17.2.3 - Caso o fornecedor realize a **VISITA TÉCNICA**, a **Declaração de Vistoria** será expedida e assinada pela POTIGÁS, bem como assinada pelo representante legal do fornecedor que vistoriou as instalações, comprovando estar ciente das informações técnicas e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação, devendo a citada declaração ficar em poder da empresa interessada para apresentação juntamente com os documentos de Habilitação, quando da realização do respectivo Certame.

17.2.4 - A vistoria deverá ser realizada por representante legal do fornecedor, admitida a delegação por procuração.

17.2.4.1 - O Responsável Técnico ou Representante Legal da empresa interessada deverá apresentar-se munido de documento de identificação, bem como documento que comprove possuir poderes para representá-la.

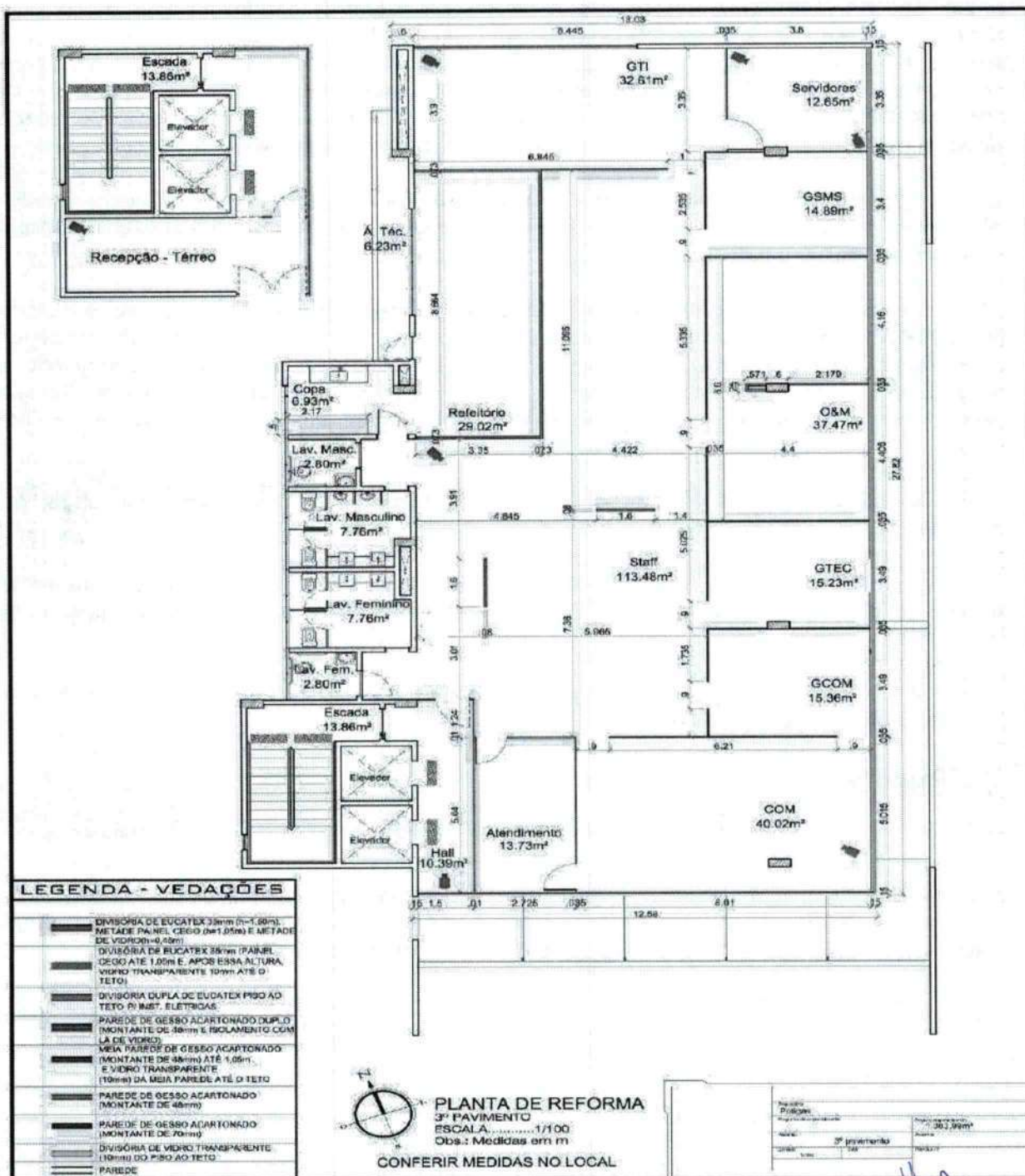
17.2.5 - A falta de apresentação da **Declaração de Vistoria** não se constitui motivo de desclassificação da proposta ou inabilitação do fornecedor.

## **18 - DOS ANEXOS**

18.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente Termo de Referência, assim enumerados:

- ANEXO A - PLANTA DE LAYOUT COM POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS DA SEDE
- ANEXO B - PLANTA DE LAYOUT COM POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS DO GALPÃO CIA MACAÍBA/RN
- ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA E COMPARECIMENTO





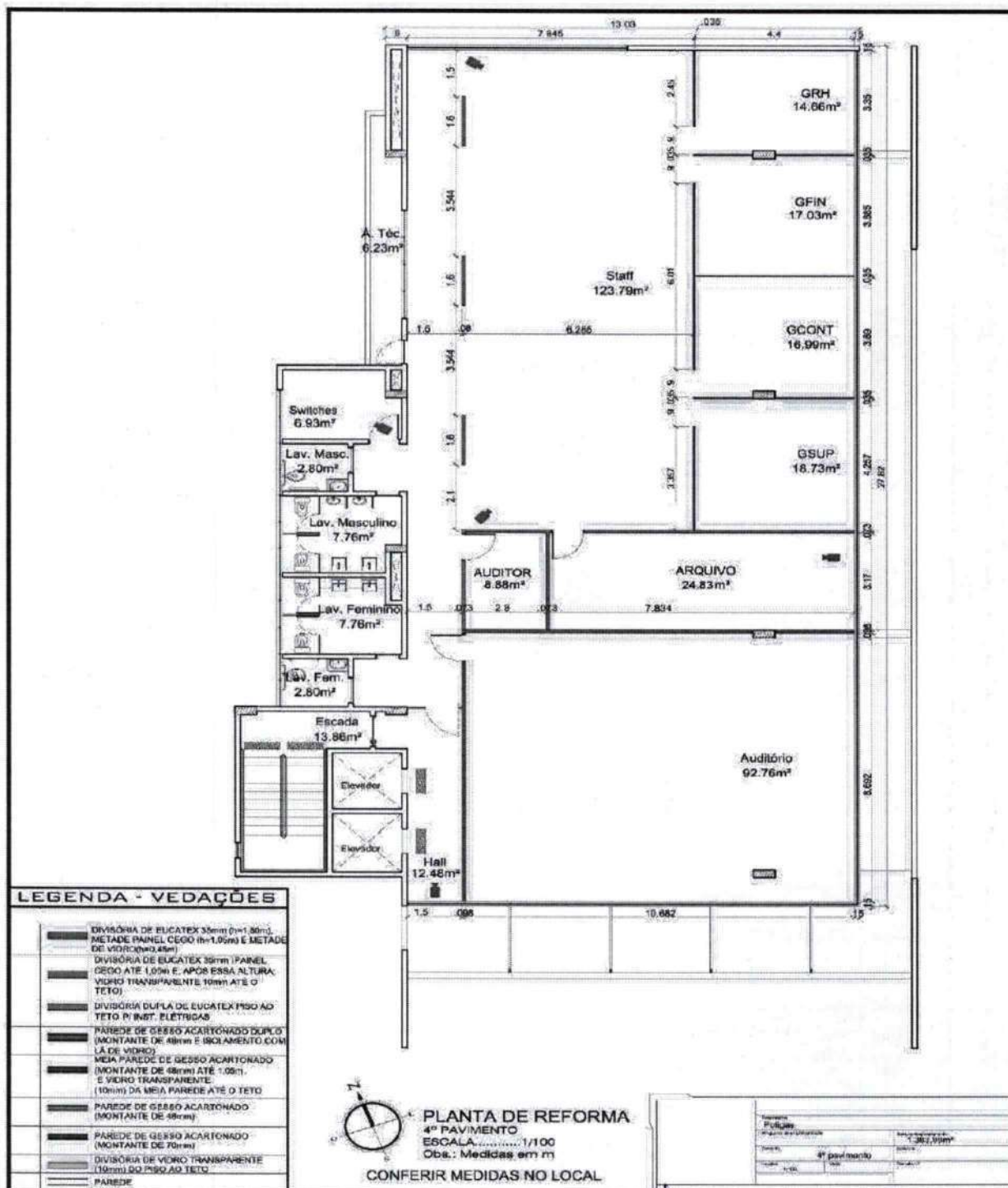
## AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

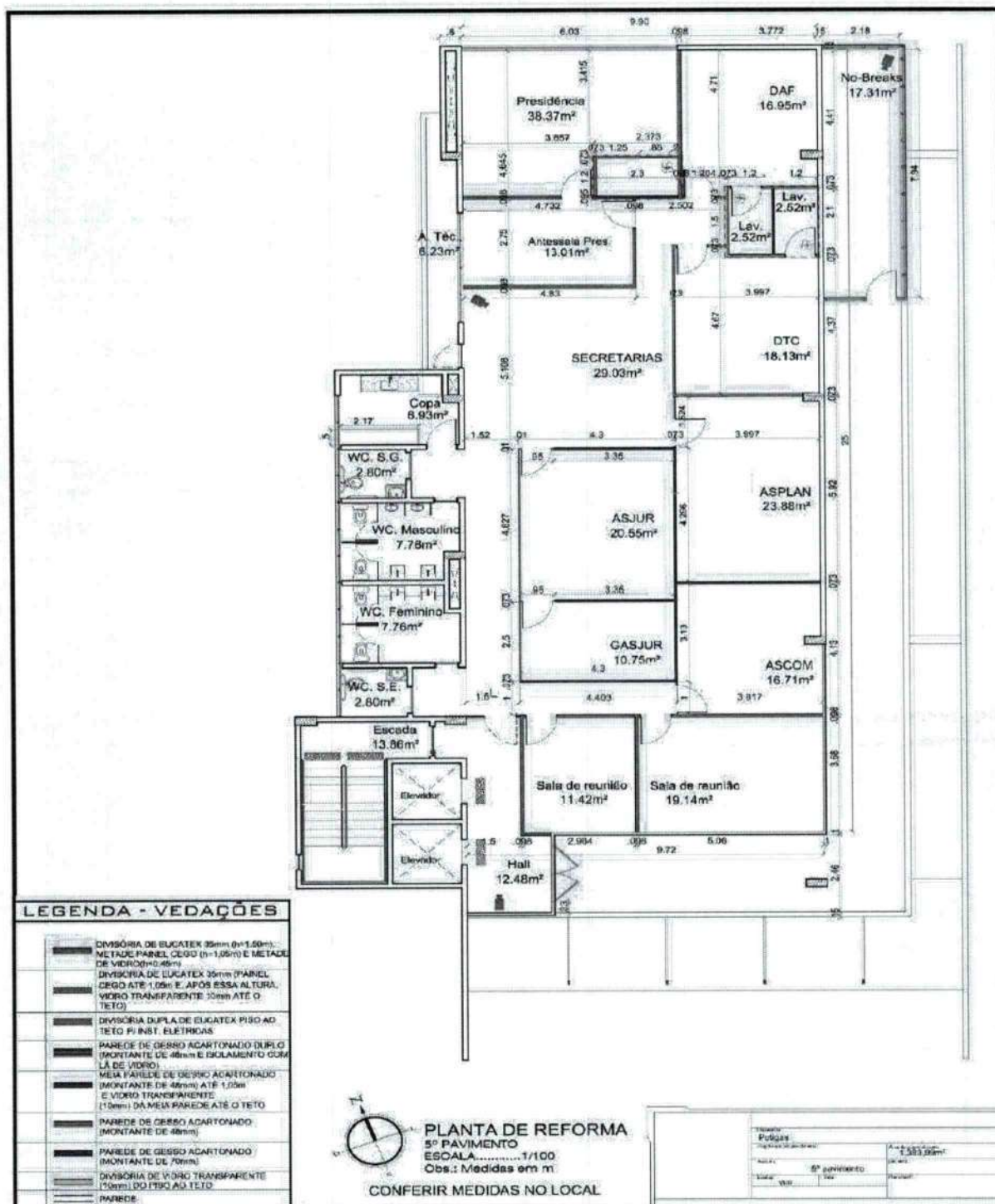
Nº 6-070-21

Página 35 de 40

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.



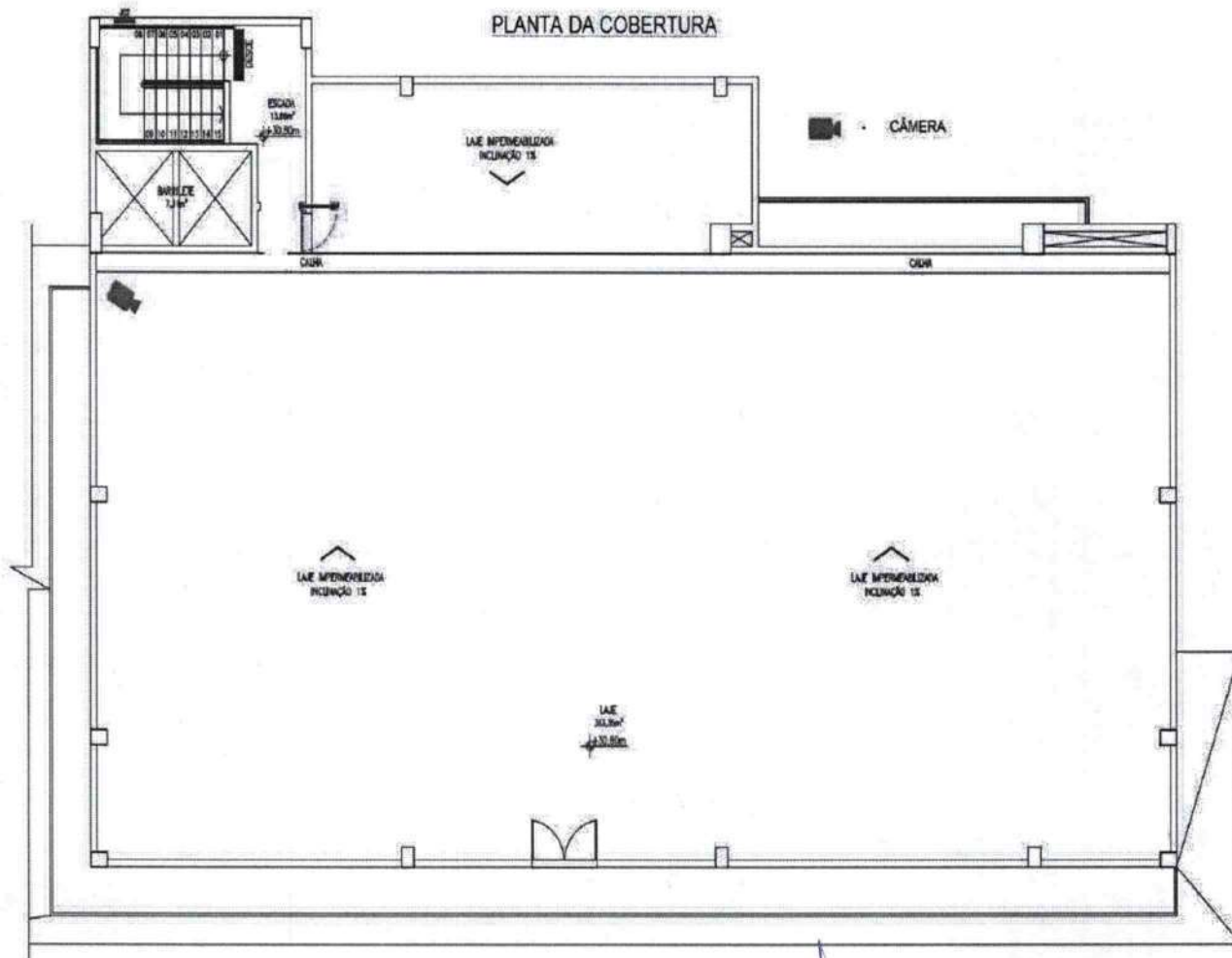




**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)****Nº 6-070-21**

Página 37 de 40

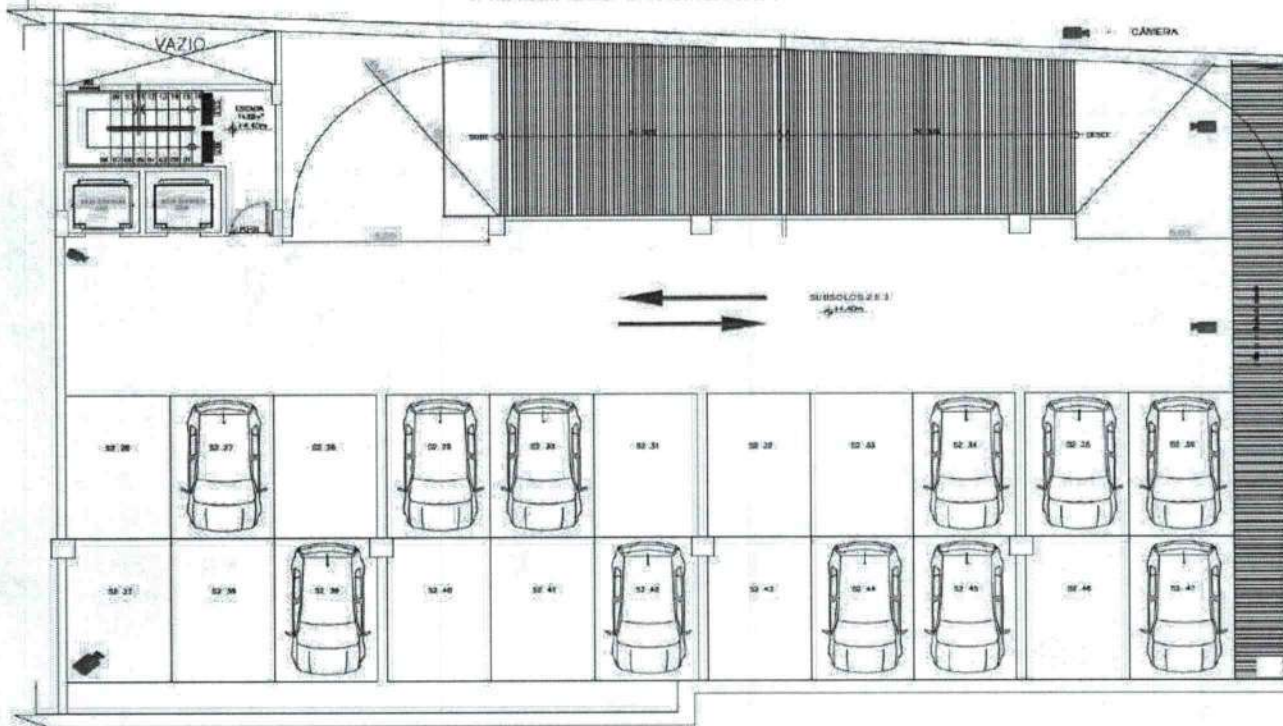
VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e  
está de acordo com a legislação vigente.**PLANTA DA COBERTURA**

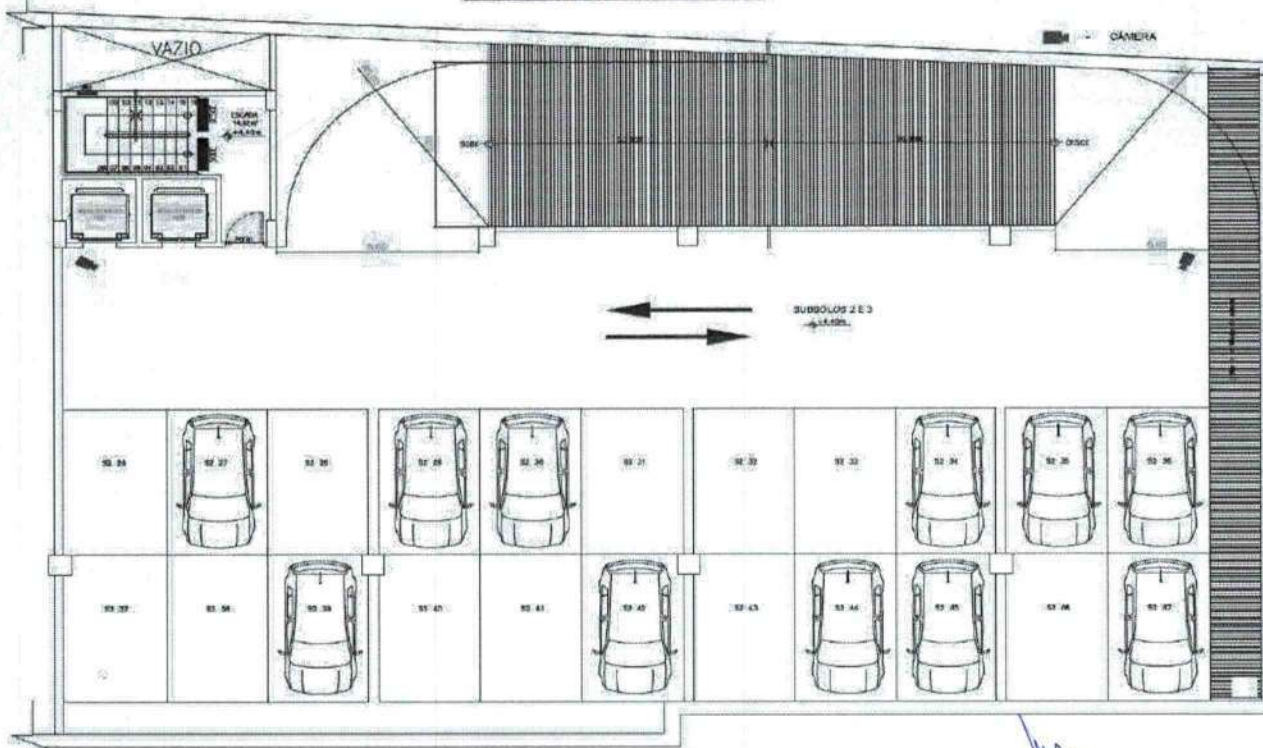
**VISTO**

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

### PLANTA DO SUBSOLO 2



### PLANTA DO SUBSOLO 3



Am





**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)**  
**Nº 6-070-21**  
Página 39 de 40

**VISTO**  
O presente instrumento foi previamente analisado e  
está de acordo com a legislação vigente.

**ANEXO B - PLANTA DE LAYOUT COM POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS DO GALPÃO CIA MACAÍBA/RN**



VIP 5220 SD IR (Speed dome Full HD)

*[Assinatura]*



**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)**  
**Nº 6-070-21**  
Página 40 de 40

VISTO  
O presente instrumento foi previamente analisado e  
está de acordo com a legislação vigente.

**ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS – PPU**

GRUPO	Descrição dos Serviços	Und.	Qtde.	ESEG TECNOLOGIA	
1	CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA A SEDE			VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	SOFTWARE SERVIDOR DE VÍDEO MONITORAMENTO (VMS)	UNIDADE	1	4.287,87	4.287,87
1.2	CÂMERA IP	UNIDADE	22	677,08	14.895,74
1.4	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	1	4.400,00	4.400,00
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)				23.583,61	
2	CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O PARQUE DE ARMAZENAMENTO			VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2.1	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO	UNIDADE	1	4.954,61	4.954,61
2.2	CÂMERA IP INFRAVERMELHO	UNIDADE	8	677,08	5.416,63
2.3	SPEED DOME IP INFRAVERMELHO	UNIDADE	1	5.364,53	5.364,53
2.4	SWITCH POE DE 24 PORTAS	UNIDADE	1	2.691,00	2.691,00
2.5	NOBREAK 700 VA	UNIDADE	1	573,18	573,18
2.6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	1	7.266,44	7.266,44
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)				26.266,39	
(+ ) OUTROS SERVIÇOS/DESPESAS ADICIONAIS (HOSPEDAGENS, FRETES, ETC.) (R\$)				INCLUSOS	
VALOR PARCIAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)				49.850,00	
DIFERENÇA DE ALÍQUOTA DE ICMS (R\$)				0,00	
				RN (18%)	0%
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)				49.850,00	



	<p align="center"><b>MINUTA PADRÃO DE CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS) PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS</b></p> <p align="center"><b>CAS Nº 8-072-21</b></p> <p align="center">Página 1 de 3</p>	<p><b>APROVAÇÃO:</b> O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.</p>
---	--	---

<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE:</b> COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)	<b>CNPJ:</b> 70.157.896/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505)	<b>FONE:</b> (84) 3204-8500
<b>RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA:</b> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	<b>CNPJ:</b> 33.641.663/0001-44
<b>ENDEREÇO:</b> Praia de Botafogo, 190 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.250-900	<b>FONE:</b> 0800-334-4444

**OBJETO:**  
Inscrição de 01 (um) colaborador da POTIGÁS no CURSO MÉTRICAS DE MARKETING, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos.

<b>PRAZO DE VIGÊNCIA:</b> A vigência do presente contrato é de <b>04 (quatro) meses</b> , contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.	<b>PRAZO PARA EXECUÇÃO:</b> O prazo para conclusão dos serviços será o período previsto de <b>30 de setembro à 29 de outubro de 2021</b> , data programada para execução do objeto do presente instrumento, podendo ocorrer em outro período, dentro do prazo de vigência do contrato em tela.	<b>VALOR TOTAL CONTRATADO:</b> <b>R\$966,00 (novecentos e sessenta e seis reais)</b>
---	---	---

<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> 1) Pelo não cumprimento dos prazos parciais será aplicado a <b>CONTRATADA</b> multa moratória de, <b>0,2% (dois décimos por cento)</b> do valor da parcela do objeto, emitida pela <b>CONTRATANTE</b> , por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela <b>CONTRATADA</b> no documento em questão. 2) A <b>CONTRATADA</b> pagará multa de <b>2% (dois por cento)</b> sobre o valor total do <b>CONTRATO</b> em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, que comprovadamente provoquem danos à <b>CONTRATANTE</b> , sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis. 3) As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS.	<b>IMPOSTOS:</b> Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total.  <b>CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO:</b> Os preços contratuais são fixos e irredutíveis.
---	---

**RECURSOS FINANCEIROS:**  
Os recursos financeiros referentes as despesas decorrentes deste contrato são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, provenientes da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de **2021** desta Companhia, na conta “**PO 2021 – Despesas e Custos Operacionais – Item 2.1.3.1**”.

<b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b> Empreitada por preço global: contratação por preço certo e total.	<b>MATRIZ DE RISCOS:</b> Não foram previstas situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da <b>CONTRATADA</b> , já previstas no presente instrumento.
---	--

**CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO E DOS SERVIÇOS:**  
 1) Os pagamentos dos serviços objeto do presente contrato serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes (Nota Fiscal Eletrônica, fatura, dentre outros, conforme cada caso);  
 2) A **CONTRATADA** prestará os serviços objeto do presente contrato no local acordado com a **CONTRATANTE**.

**RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**  
 Cabe a **CONTRATADA**: **1) Responder** pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora. Confiando a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados. **2) Verificar** todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer. **3) Cumprir** as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor. **4) Preservar** e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores. **5) Não** divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da **CONTRATANTE**. **6) Responsabilizar-se** pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a





MINUTA PADRÃO DE  
CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS  
CAS Nº 8-072-21

Página 2 de 3

APROVAÇÃO: O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.

terceiros, bem como pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados. 7) **Manter e fornecer**, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo. 8) Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente. 9) **Fornecer** todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho. 10) **Prover** seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho. 11) **Responder** pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**. 12) **Respeitar** as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**. 13) **Realizar** o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**. 14) **Prestar** os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços, executando-os em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.

Cabe a **CONTRATANTE**: 1) **Prestar** as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**. 2) **Efetuar** os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos. 3) **Notificar** à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas. 4) **Notificar**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa. 5) **Exigir** o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta. 6) **Nomear** representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo. 7) **Rejeitar**, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos. 8) **Fornecer** os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**. 9) **Efetuar** as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

**VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

O presente contrato tem como fundamento legal o **Inciso II, f, do Artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que possibilita **CONTRATAÇÃO DIRETA** do objeto deste contrato, referente a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como o **RILC da POTIGÁS**, estando vinculado ao processo de contratação **PCS Nº 3-097-21**, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**PRÁTICAS DE COMPLIANCE:**

As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).


Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste CONTRATO, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.


**DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 1) Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 01 (uma) via.

Natal/RN, 20 de setembro de 2021.

Pela **CONTRATANTE**:

  
Larissa Dantas Gentile  
Diretora Presidente

  
Eliana de Menezes Bandeira  
Diretora Administrativa e Financeira

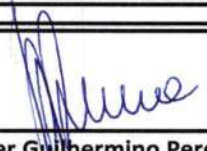





**MINUTA PADRÃO DE  
CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)  
PARA TREINAMENTOS/CURSOS/EVENTOS  
CAS Nº 8-072-21  
Página 3 de 3**

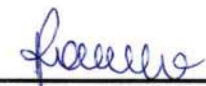
**APROVAÇÃO:** O presente instrumento foi elaborado conforme modelo padrão em uso na POTIGÁS e previamente analisado e aprovado pela Gerência Administrativa e de Suprimentos e pela Assessoria Jurídica da POTIGÁS, conforme Parecer Jurídico nº 036/2018.


**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**  
CPF/MF: 595.822.274-00

  
\_\_\_\_\_  
**Hugo César da Rocha Ribeiro**  
CPF/MF: 070.767.334-80

**Pela FISCALIZAÇÃO:**

  
\_\_\_\_\_  
**Edaniela Galvão Ramalho**  
Gerente de Recursos Humanos  
Gestora do **CONTRATO**

  
\_\_\_\_\_  
**Fernanda Caroline Diniz de Medeiros**  
Fiscal do **CONTRATO**



Página 1 de 2

## ANÁLISE JURÍDICA

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 5-122-19**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº675 - Tirol – Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **AGS ENGENHARIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, com Sede na Rua São José, 1314, Lagoa Seca, Natal/RN – CEP 59.031-630, inscrita no CNPJ sob o nº 08.855.237/0001-66, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-122-19, que tem por objeto a prestação dos serviços de conversão de equipamentos de consumo a gás na unidade domiciliar, troca das válvulas reguladoras de pressão de 2º estágio e fornecimento e instalação de tubo flexível revestido de malha de aço com válvula de bloqueio, sendo a área de abrangência Natal/RN e sua região metropolitana, assinado em 20/11/2019, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-122-19.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA**

2.1 - O prazo de vigência estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-122-19 fica prorrogado por 24 (vinte e quatro) meses, passando de 24 (vinte e quatro) para 48 (quarenta e oito) meses, com término previsto para o dia 20/11/2023.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - RENÚNCIA DE REAJUSTE**

3.1 – A CONTRATADA ratifica, no presente aditivo, a renúncia ao reajuste citado no art. 10.1 do citado Contrato nº 5-122-19, por entender que não é necessário ser realizado o equilíbrio econômico financeiro do valor nele fixado.

**4. CLÁUSULA QUARTA – FUNDAMENTO LEGAL**

4.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato nº 5-122-19, bem como nos artigos 68 e 71 da **Lei Federal nº 13.303/2016** e nos artigos 186 e 188 do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2021/2022/2023, na conta: “**PO 2021/2022/2023 (GCOM) – Despesas e Custos Operacionais – Item 3.2.11 (POLÍTICA DE INCENTIVO AO USO DO GÁS NATURAL)**”.

**6. CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO**

6.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.





Página 2 de 2

**ANÁLISE JURÍDICA**

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 5-122-19**

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 30 de agosto de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

**Larissa Dantas Gentile**  
Diretora Presidente

**Sérgio Henrique G. de Paula**  
Diretor Técnico e Comercial

**PELA CONTRATADA:**

**Carlos Henrique Pires de Almeida Xavier da Costa**  
Responsável legal

**TESTEMUNHAS:**

**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**  
CPF/MF: 595.822.274-00

**Rodolpho Paulino de Almeida**  
CPF/MF: 113.990.444-27

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-119-19**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, Nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **MIGUEL IRMÃOS EIRELI – PANIFICADORA SÃO MIGUEL**, com Sede na Av. Gov. Tarcísio de Vasconcelos Maia, Nº 1490, Térreo, Candelária, Natal/RN (CEP: 59.065-780), inscrita no CNPJ sob o nº 04.884.727/0001-30, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela sua representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 5-119-19, que tem por objeto o Fornecimento de Lanches para Eventos Internos da Potigás, assinado em 17/08/2019, em conformidade com as disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no seu item 4.1, do Contrato nº 5-119-19.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA**

2.1 - O prazo de vigência estabelecido no item 4.1 do Contrato nº 5-119-19 fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando de 22 (vinte e dois) para 34 (trinta e quatro) meses, com término previsto para o dia **17/08/2022**.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - RENÚNCIA DE REAJUSTE**

3.1 – A CONTRATADA ratifica, no presente aditivo, a renúncia ao reajuste dos preços do Contrato nº 5-119-19, por entender que não é necessário ser realizado o equilíbrio econômico financeiro dos valores nele fixados.

**4. CLÁUSULA QUARTA – FUNDAMENTO LEGAL**

4.1 - O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal as disposições contidas no item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato nº 5-119-19, bem como no **Artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no artigo 189, II, do RILC da POTIGÁS**.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento desta PRORROGAÇÃO, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício, na conta: **“PO 2021/2022 - Despesas e Custos Operacionais – Item 2.2.10.1”**.

**6. CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO**

6.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.







Página 2 de 2

**ANÁLISE JURÍDICA**

O presente Termo Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 5-119-19**

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 16 de agosto de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

**Larissa Dantas Gentile**  
Diretora-Presidente

**Eliana de Menezes Bandeira**  
Diretora Administrativa e Financeira

**PELA CONTRATADA:**

**José Carlos Ferreira**  
Responsável Legal  
CPF/MF: 393.772.104-53

**PELA FISCALIZAÇÃO:**

**Edaniela Galvão Ramalho**  
Gerente de RH  
Gestora do **CONTRATO**

**Fernanda Caroline Diniz de Medeiros**  
Técnica Administrativa  
Fiscal do **CONTRATO**

**TESTEMUNHAS:**

**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**  
CPF/MF: 595.822.274-00

**Rodolpho Paulino de Almeida**  
CPF/MF: 113.990.444-27



ANÁLISE JURÍDICA  
O presente Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a  
legislação vigente.  
Natal/RN

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 AO CONTRATO Nº 8-022-21**

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, estabelecida à Avenida Prudente de Moraes, 675, TIROL, 59.020-505, Natal/RN, neste ato representada pelos seus diretores infra-assinados, e a empresa **M2 PLACAS E REVESTIMENTOS LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na : Rua Coronel José Bernardo, nº 941, Alecrim, Natal/RN (CEP 59.030-280), inscrita no CNPJ sob o nº 11.621.320/0001-85, neste ato representada pelo seu representante legal infra-assinado, resolvem celebrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato Nº 8-022-21, que tem por objeto **CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS NOS VEÍCULOS DA POTIGÁS**, assinado em 04/05/2021, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/16 e alterações, mediante as seguintes cláusulas abaixo:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1 – O objeto do presente Termo de Aditamento é prorrogar o prazo de Vigência, estabelecido no Contrato nº 8-022-21.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA**

2.1 – O prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 8-022-21 fica prorrogado por 02 (dois) meses, passando de 04 (quatro) meses para 06 (seis) meses, com término previsto para o dia **04/11/2021**.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 - O presente Termo de Aditamento tem como fundamento legal as disposições da Lei Federal nº 13.303/16 no **artigo 71**, o **artigo 188** do Regimento Interno de Licitações e Contratos da POTIGÁS e o item 10.1 da Cláusula Décima do Termo de Referência TR 27.14, anexo ao referido Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO**

4.1 - A POTIGÁS e a CONTRATADA ratificam as demais Cláusulas que não foram objeto de alteração do presente termo aditivo, que permanecem vigentes e produzindo os seus plenos efeitos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, 03 de setembro de 2021.

**PELA CONTRATANTE:**

  
\_\_\_\_\_  
**Larissa Dantas Gentile**  
Diretora Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**Eliana de Menezes Bandeira**  
Diretora Administrativa e Financeira






**ANÁLISE JURÍDICA**  
O presente Aditivo foi previamente analisado e está de acordo com a  
legislação vigente.  
Natal/RN


**TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 AO CONTRATO Nº 8-022-21**

**PELA CONTRATADA:**

  
\_\_\_\_\_  
**Darlan Maia de Figueiredo**  
CPF: 009.170.764-19  
Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
**Ricardo Wagner Guilhermino Pereira**  
CPF/MF: 595.822.274-00

  
\_\_\_\_\_  
**Hugo César da Rocha Ribeiro**  
CPF/MF: 070.767.334-80